UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

HENRIQUE SANTOS BRAGA

**Construções imperativas no Português Brasileiro: uma abordagem
funcionalista-cognitivista**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

HENRIQUE SANTOS BRAGA

**Construções imperativas no Português Brasileiro: uma abordagem
funcionalista-cognitivista**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bc Braga, Henrique Santos
 Construções imperativas no Português Brasileiro:
 uma abordagem funcionalista-cognitivista / Henrique
 Santos Braga ; orientador Marcelo Módolo. - São
 Paulo, 2016.
 138 f.

 Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
 de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

 1. . I. Módolo, Marcelo, orient. II. Título.

*Ao meu filho Bruno
Henrique e à minha
companheira Karina, sem os
quais não haveria razão de ser.*

AGRADECIMENTOS

À minha companheira de jornada Karina e ao nosso filho Bruno Henrique, pelo mais verdadeiro incentivo, pela mais sincera compreensão e pelo mais fino amor – o qual, parafraseando Vieira, é grande o suficiente para não requerer causa e nem fruto.

Aos meus pais, Braguinha e Lourdes, e ao meu irmão, Hernandes, por desde os tempos de graduação respeitarem a porta fechada e o duradouro silêncio, como quem enfrenta junto o desafio de virar páginas e seguir em frente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Módolo, que me concedeu o prazer de transformar orientação em parceria, com a mais sincera humildade e a mais plena generosidade de quem jamais confunde “saber” e “poder”.

À Profa. Dra. Angela Cecilia de Souza Rodrigues, de quem tive a felicidade de ser orientando na IC e no mestrado, por ter sido a grande responsável pelo meu ingresso na pesquisa linguística e por estimular, com palavras e exemplos, a autonomia e o compromisso ético com que devem ser conduzidos os trabalhos acadêmicos.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, sem cuja leitura crítica deste trabalho não seriam possíveis muitos dos resultados ora apresentados.

Ao Prof. Dr. Francisco “Platão” Savioli, com quem tenho o privilégio de conviver na equipe de Português do Curso Anglo, pelo sincero incentivo, pelo constante apoio e pelo exemplo de professor, sempre voltado à busca pelo saber.

Ao meu parceiro de autoria em materiais didáticos Prof. Dr. Eduardo Calbucci, por me estimular a enfrentar esta jornada acadêmica e por conceder sua solidariedade ativa em momentos chave para a finalização deste trabalho.

Aos colegas com quem tenho a honra de formar a equipe de professores do Anglo Vestibulares – Aníbal, Carvalho, Da Matta, Daniel, Eduardo, Eloy, Felipe, Ian, Koloszuk, Lucy, Marcílio, Maurício, Miltão, Paganim, Paulo Oliveira, Romagnolo e Rudmar –, por tornarem o mundo das Letras ainda mais rico.

A todos vocês, meu mais sincero obrigado.

A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise funcionalista-cognitivista sobre construções imperativas do Português Brasileiro (PB). Ao contrário do que ocorre na tradição gramatical, não nos limitamos a analisar um grupo pré-definido de formas verbais, optando então por tratar de um conjunto mais amplo de atos de fala diretivos. Para tanto, amparamos nossa investigação em dados concretos – extraídos de obras cinematográficas –, o que explica em parte o caráter funcionalista do trabalho, uma vez que abordamos a língua como um instrumento de interação social (*cf.* TRASK, 2004). Já o aspecto cognitivista subjaz nossa principal hipótese, segundo a qual a imperatividade se constrói como um evento metaforicamente estruturado (*cf.* LAKOFF, 1992), cujas bases principais são as categorias cognitivas FORÇA e MOVIMENTO. Procuramos então contribuir com os estudos do PB defendendo que as construções imperativas são um conjunto variado de artefatos simbólicos por meio dos quais um enunciador-antagonista pode aplicar determinada força sobre um enunciatário-agonista – *cf.* TALMY (2000) –, pelo que postulamos que IMPERATIVIDADE É FORÇA.

PALAVRAS-CHAVE: imperatividade, modo imperativo, linguística cognitiva, metáforas cognitivas, gramática de construções, dinâmica de forças, teoria multissistêmica.

ABSTRACT

This paper proposes a cognitive-functionalist analysis about imperative constructions in Brazilian Portuguese (BP). Different from what happens in grammatical tradition, we do not just look at a pre-defined group of verb forms, opting for dealing with a broader set of directive speech acts. To do so, we hold our study on evidence – extracted from cinematographic –, which partly explains the functionalist character of the work, as we approach the language as a social interaction tool (*cf.* TRASK, 2004). However, the cognitive aspect underlies our main hypothesis, according to which the imperative is constructed as a metaphorically structured event, whose main bases are the cognitive categories FORCE and MOVEMENT. Then we seek to contribute with the BP's researches securing that the imperative constructions are an assorted ensemble of symbolic artifacts, through which an antagonist-enunciator can apply certain force on an enunciatee-agonist – *cf.* TALMY (2000), therefore we postulate that IMPERATIVE IS FORCE.

KEYWORDS: imperative, imperative mood, cognitive linguistics, cognitive metaphor, construction grammar, force dynamics, multisystemic theory.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. METODOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ANALISADO	15
1.1. Constituição do <i>corpus</i>	15
1.2. Delimitação dos enunciados imperativos	17
1.2.1. Deontologia e atos de fala	18
1.2.1.1. Ato de fala diretivo e condição de satisfação	20
1.2.2. Modo e formas linguísticas da imperatividade	21
1.2.2.1. Formas verbais de 2ª pessoa discursiva	23
1.2.2.2. Verbo “ir” na 1ª pessoa do plural	24
1.2.2.3. Comandos nominais	25
1.2.2.4. Orações condicionais	26
1.2.2.5. Verbos no particípio	27
1.2.2.6. Formas verbais de futuro	27
1.2.2.7. Verbos de comando e verbos de valor volitivo	28
1.2.2.8. Verbos deônticos que introduzem sentenças	29
1.2.2.9. Orações impessoais avaliativas	30
2. ABORDAGEM FUNCIONALISTA-COGNITIVISTA: REFLEXÕES SOBRE A IMPERATIVIDADE	31
2. 1. Origens culturais e imperatividade	32
2.2. Construções imperativas: o pareamento entre forma e função	37
2.2.1. Gramática de Construções	37
2.2.2. A Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista	42
2.3. Metáfora e conceptualização cognitiva	48
2.3.1. Movimento: considerações à luz da Física	50
2.3.2. As categorias FORÇA e CAUSA na perspectiva cognitivista	52
2.3.2.1. Dinâmicas de forças	53
2.3.2.2. Causalidade como um modelo cultural	57
2.3.2.3. Forças, causas e imperatividade	58
2.4. O funcionalismo como método de trabalho	59
3. IMPERATIVIDADE: UM FENÔMENO COGNITIVO	61
3.1. Apontamentos e atos de fala diretivos	61
3.1.1. Construções imperativas: conjunto de artefatos simbólicos	63
3.2. A imperatividade como evento metaforicamente estruturado	64
3.2.1. Forças imperativas: proposta de tipologia	66
3.2.1.1. Forças imperativas prototípicas: a causação direta	69

3.3. Formas linguísticas nas construções imperativas	70
3.3.1. Formas verbais de 2ª pessoa.....	71
3.3.1.1. Aplicação de FORÇA em formas verbais de 2ª pessoa.....	72
3.3.1.2. Forças de choque nas construções com formas verbais de 2ª pessoa	75
3.3.1.3. Representação do agonista nas formas verbais de 2ª pessoa	81
3.3.1.4. Representação do antagonista nas formas verbais de 2ª pessoa.....	85
3.3.2. Verbo “ir” na 1ª pessoa do plural.....	87
3.3.2.1. Aplicação de FORÇA com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural.....	87
3.3.2.2. Forças de choque nas construções com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural	90
3.3.2.3. Representação de antagonista e agonista com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural	91
3.3.3. Construções nominais	94
3.3.3.1. Aplicação de força em construções nominais.....	94
3.3.3.2. Forças de choque nas construções nominais.....	98
3.3.3.3. Representação do agonista nas construções nominais	100
3.3.3.4. Representação do antagonista nas construções nominais.....	101
3.3.4. Construções condicionais imperativas	102
3.3.4.1. Aplicação de força em construções condicionais imperativas.....	102
3.3.4.2. Forças de choque em construções condicionais imperativas.....	104
3.3.4.3. Representação do agonista em construções condicionais imperativas	107
3.3.4.4. Representação do antagonista em construções condicionais imperativas	109
3.3.5. Construção imperativa com verbo no futuro.....	110
3.3.5.1. Aplicação de força em construções imperativas com verbo no futuro	110
3.3.5.2. Forças de choque em construções imperativas com verbo no futuro	113
3.3.5.3. Representação do agonista em construções imperativas com verbo no futuro	114
3.3.5.4. Representação do antagonista em construções imperativas com verbo no futuro.....	115
3.3.6.1. Aplicação de força em construções de comando lexicalizado	116
3.3.6.2. Forças de choque em construções de comando lexicalizado	118
3.3.6.3. Representação do agonista em construções de comando lexicalizado.....	120
3.3.6.4. Representação do antagonista em construções de comando lexicalizado	120
3.3.7. Construções com verbo deôntico introdutor de sentença	121
3.3.7.1. Aplicação de força em construções com verbo deôntico introdutor de sentença	121
3.3.7.2. Forças de choque em construções com verbo deôntico introdutor de sentença	122

3.3.7.3. Representação do agonista em construções com verbo deôntico introdutor de sentença	125
3.3.7.4. Representação do antagonista em construções com verbo deôntico introdutor de sentença	125
3.3.8. Construções imperativas com orações impessoais avaliativas	126
3.3.8.1. Aplicação de força em construções imperativas com orações impessoais avaliativas	127
3.3.8.2. Forças de choque em construções imperativas com orações impessoais avaliativas	128
3.3.8.3. Representação do agonista em construções imperativas com orações impessoais avaliativas	129
3.3.8.4. Representação do antagonista em construções imperativas com orações impessoais avaliativas	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	136

INTRODUÇÃO

Em nossa tradição de estudos linguísticos, o termo “imperativo” está diretamente associado a um conjunto bem definido de formas verbais, cuja função discursiva é, de modo simplificado, atuar sobre o enunciatário. Nos estudos de gramática tradicionais, afirma-se que *ordens*, *pedidos*, *conselhos*, *súplicas* e outros valores semânticos semelhantes são veiculados por formas do *modo verbal imperativo*, sem se fazer referência a outras estratégias linguísticas também constitutivas dos atos de fala diretivos.

Nesta tese, defendemos que limitar a noção de enunciado imperativo a esse conjunto específico de formas verbais reflete uma visão de língua que ainda privilegia o estudo da gramática, subordinando a ela os outros subsistemas que compõem o fenômeno linguístico. Em outra perspectiva, o presente trabalho propõe uma análise funcionalista-cognitivista sobre construções imperativa do Português Brasileiro (doravante PB).

O aspecto funcionalista da abordagem se deve sobretudo à concepção de que são inerentes às línguas, além de elementos estruturais, funções específicas que podem ser observadas nos contextos sociais. Já o cognitivismo subjaz nossa formulação de que a própria noção de imperatividade se constrói como um evento metaforicamente estruturado, cujas bases principais são as categorias cognitivas FORÇA e MOVIMENTO.

Desse modo, em contraposição aos estudos que, declaradamente ou não, privilegiam aspectos formais da língua, este trabalho apresenta dois encaminhamentos fundamentais: um deles é propor a ampliação do conjunto de formas linguísticas tidas por imperativas, adotando para isso critérios que transcendam os limites da gramática; o outro é promover o debate sobre como categorias cognitivas participam da construção

do fenômeno ora denominado imperatividade. Com isso, analisaremos em que medida o PB dispõe de construções linguísticas, distintas umas das outras, capazes de expressar diferentes tipos de imperatividade.

No **capítulo 1**, dedicamo-nos a uma construção mais delimitada de nosso objeto de estudo. Em um primeiro momento, esclarecemos por que recorremos a textos dramáticos na constituição do *corpus*. Em seguida, discutimos como tanto a noção de deontologia (*cf.* SEARLE, 2012) quanto a concepção de ato de fala (*cf.* SEARLE, 1981 [1969]) foram fundamentais para caracterizar que tipos de enunciados podem ser considerados imperativos.

O **capítulo 2** é dedicado à discussão sobre os pressupostos teóricos que norteiam nosso olhar sobre os dados, o qual definimos como *funcionalista-cognitivista*. Em sentido amplo, o caráter funcionalista do trabalho se deve basicamente a analisarmos a língua como um instrumento de interação social (*cf.* TRASK, 2004), motivo pelo qual buscamos sempre amparar nossa investigação em dados concretos, jamais em ocorrências hipotéticas engendradas por um “falante ideal”.

Já o aspecto cognitivo está baseado, sobretudo, na hipótese de que as formas imperativas sejam “artefatos culturais”, resultantes de uma infraestrutura cognitiva desenvolvida a partir da comunicação por apontamentos (*cf.* TOMASELLO, 2003). Por decorrência disso, defendemos ainda que os artefatos imperativos constituem uma espécie de rede construcional de caráter cognitivo, cujo ponto comum não seria formal, mas sim uma recorrente *estrutura metafórica do evento* (*cf.* LAKOFF, 1992).

Para fundamentar essa hipótese, recorremos a trabalhos de diferentes orientações, dos quais é representativa a abordagem de GOLBERG (1995) sobre

construções, a de LAKOFF (1992, 2003) sobre metáforas, a de TOMASELLO (2003, 2008) sobre a sociogênese dos artefatos simbólicos e a de CASTILHO (2010) sobre o caráter multissistêmico das línguas. Essa multiplicidade de abordagens, podemos afirmar, foi sempre explorada com vistas a identificar relações de complementaridade entre tais estudos, para então empreendermos a análise funcionalista-cognitivista sobre as construções imperativas.

No **capítulo 3**, destinado à discussão dos dados, procuramos contribuir com os estudos do PB defendendo que as construções imperativas, baseadas nas categorias FORÇA e MOVIMENTO, são artefatos simbólicos por meio dos quais um enunciador-antagonista aplica determinada força sobre um enunciatário-agonista – *cf.* TALMY (2000).

Essa aplicação de força, como veremos, não se dá de modo uniforme nas diferentes construções – conforme esperado segundo o princípio da não sinonímia, pelo qual formas distintas equivalem a diferenças semânticas e/ou pragmáticas (*cf.* GOLDBERG, 1995). Em nossa descrição das construções, procuramos evidenciar como as variadas possibilidades formais estão relacionadas a distintos modos de expressar tanto os participantes da enunciação (que, nos enunciados imperativos, convertem-se em antagonista e agonista), quanto a própria aplicação da força.

Em nossas considerações finais, partimos da descrição sobre as construções imperativas para esboçar uma proposta tipológica, segundo a qual diferentes matrizes deontológicas seriam subjacentes a determinado conjunto de construções.

1. METODOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ANALISADO

1.1. Constituição do *corpus*

Norteadas por uma visão funcional-cognitivista, estas teses partem da premissa de que escolher criteriosamente o *corpus* de análise é etapa fundamental na investigação linguística. No caso das construções imperativas, a escolha do gênero textual sob exame se mostra decisiva para o sucesso da análise – conforme constatamos em Braga (2008) – porque certas situações de interação verbal são visivelmente desfavoráveis a esses recursos linguísticos.

O *corpus* do projeto NURC – SP, por exemplo, apesar da reconhecida qualidade dos arquivos, não satisfaz nossas necessidades, devido à baixíssima frequência de imperativos nos documentos analisados. Buscamos ainda, no *corpus* de São Paulo do Projeto Para História do Português Brasileiro (PHPB), as “Cartas de leitores e cartas de redatores”, porém novamente a baixa incidência de formas imperativas foi fator limitante. Diante disso, acabamos optando por textos do gênero dramático: nossos dados provêm, portanto, dos filmes contemporâneos *Redentor* (2004) e *Tropa de Elite 2* (2010).

Embora admitamos que, por se tratar de obras de ficção, o nível de “realidade” dos enunciados possa ser questionável, importa-nos mais para esta análise o grau de verossimilhança atingido. Se, por um lado, a fala da personagem decorre de um simulacro, engendrado pelo autor do texto e pelos atores que o interpretam, não podemos ignorar que eles mesmos são representantes de seu tempo e buscam reproduzi-lo com a fidedignidade necessária ao gênero. Valendo-nos do trabalho de Braga (1999), em que a pesquisadora analisou textos dramáticos, podemos afirmar que

tais textos são um “reflexo da sociedade que lhe serve de berço” (1999, p. 29), o que inclui necessariamente fatores linguísticos.

Sobre a escolha dos filmes, tivemos a preocupação de selecionar obras de considerável popularidade e reconhecimento da crítica, partindo da premissa de que dificilmente atuações em que os usos linguísticos soassem artificiais obteriam tal êxito.

No caso da comédia social *Redentor*, atuações de grandes nomes da dramaturgia nacional – como Pedro Cardoso, Camila Pitanga, Fernanda Montenegro, Fernanda Torres e outros mais – contribuíram para que o diretor Cláudio Torres fosse aclamado como melhor diretor no Grande Prêmio Cinema Brasil (2004). A trama, de modo resumido, explora dramas das classes média e baixa brasileiras, sobretudo o acesso à moradia, e a corrupção praticada por uma elite indiferente a essas questões.

A obra *Tropa de Elite 2*, fenômeno do cinema nacional contemporâneo, foi aclamada em festivais nacionais e internacionais. Na 10ª edição do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro, o filme venceu nove categorias, incluindo melhor direção (José Padilha), melhor ator coadjuvante (André Mattos) e melhor ator (Wagner Moura, no emblemático papel do então Comandante Nascimento – o “Capitão Nascimento” do primeiro filme da sequência). A narrativa aborda principalmente a crise de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, mesclando a violência urbana e meandros políticos que parecem constituem esse estado de coisas.

Foi proposital a diversidade entre os enredos escolhidos, como uma forma de possibilitar uma maior variedade nos tipos de enunciados imperativos. Não optamos, porém, por trabalhar com um *corpus* mais amplo por entender que poderíamos contribuir mais com uma análise qualitativa do que com um estudo quantitativo.

Acrescentamos ainda que, apenas para as construções com orações pessoais avaliativas, optamos por selecionar dados de outra fonte¹. Isso se justifica porque tais enunciados são de extrema relevância para a análise que propusemos, porém sua ocorrência nas obras cinematográficas foi muito reduzida.

Assumimos também que nossa análise funcionalista-cognitivista sobre os enunciados imperativos, não tendo ainda lastro em uma tradição mais sólida de estudos cognitivistas sobre o tema no PB, tem como maior função identificar caminhos plausíveis para ampliação desses estudos – ainda que tenhamos a pretensão de, para algumas questões, termos ensaiemos respostas razoavelmente pertinentes.

1.2. Delimitação dos enunciados imperativos

As análises consagradas sobre formas imperativas – sejam as que constam nas gramáticas tradicionais (cf. BECHARA [1999]; BRANDÃO [1963]; DIAS [1933]; FIGUEIREDO [1916], LUFT, [1987]), sejam os estudos linguísticos sobre o tema (cf. FARACO [1986]; PAREDES SILVA [2000]; SCHERRE [1998, 2000, 2004]) – detiveram-se normalmente sobre o que se convencionou chamar “modo imperativo”, denominação aplicada a um conjunto de formas verbais empregadas em atos de falas diretivos. Seguindo essa tradição, considerei em dissertação de mestrado (BRAGA, 2008) aspectos morfosintáticos e características semântico-pragmáticas das chamadas formas verbais imperativas, com vistas a contribuir com os estudos sobre variação linguística no PB.

Expandindo nosso estudo para além dessas formas verbais, hipotetizamos que a imperatividade constitui uma categoria cognitiva, cuja manifestação se dá nos atos de

¹ GALVÃO, J. & ADAS, E. *Super apresentações – como vender ideias e conquistar audiências*. São Paulo: Panda Books, 2011.

fala diretivos. Assim, em vez de lidar exclusivamente com as formas registradas nas gramáticas tradicionais, somos levados a postular um inventário mais amplo. Se ele não é proposto ora como exaustivo, temos ao menos a pretensão de estender a noção atual de “forma imperativa”. Para isso, as noções de deontologia, modalidade e modo serão fundamentais, como veremos a seguir.

1.2.1. Deontologia e atos de fala

O fenômeno da deontologia, na linguagem, está diretamente ligado à noção de modalidade. Segundo as propostas correntes, as modalidades passíveis de se expressarem numa sentença são a alética, a epistêmica e a deôntica. A alética está ligada à existência, portanto ao valor de verdade dos enunciados; a epistêmica, à expressão de conhecimentos, crenças ou opiniões; a deôntica, às noções de necessidade ou possibilidade, que envolvem atos performativos de um agente moralmente responsável. Essa última modalidade, portanto, é a que está mais intimamente ligada aos enunciados imperativos.

Afirmar isso nos leva a assumir que os aspectos interacionais – e, portanto, sociais – implicados na imperatividade são constitutivos desse tipo de enunciado. Nas palavras de Searle, estudar a língua sem considerar os fatores sociais

“(...) deixa de fora uma dimensão crucial da linguagem, a saber, o elemento que, numa linguagem comum, poderíamos descrever como o compromisso, e que eu descreverei de maneira mais geral como a deontologia. A deontologia é essencial para a natureza da linguagem humana (...)”

(SEARLE, 2012, p. 21)

Considerando que os atos de fala são, acima de tudo, “um desempenho público” (2012, p. 45), Searle entende que, por meio da linguagem, criamos as mais diversas

realidades sociais e institucionais. Para o autor, ao verbalizar algo como “estamos na universidade” (exemplo nosso), manifesta-se não apenas um estado de coisas, mas também se dá existência a toda uma gama de direitos (por exemplo, participar de discussões suficientemente aprofundadas sobre certa disciplina) e deveres (como comportar-se segundo as normas estabelecidas em um ambiente universitário). Em outras palavras, tomando o ato de fala como um desempenho público, tem-se em mente que ele evoca uma situação social e um conjunto de regras de conduta compatíveis com essa realidade, ou seja, sua deontologia. Para Searle, a diversidade dessas realidades institucionais parece tender ao infinito, pois, nas palavras do autor,

“não há literalmente limite para as realidades institucionais que podemos criar apenas por meio de concordarmos, na linguagem, com a criação dessas. Criamos universidade, festas, férias de verão, por exemplo. Os limites do poder institucional são os limites da própria deontologia”

(Id., *ibid.*, 2012, p. 49)

MIRANDA (2005, p. 186) defende semelhante visão da deontologia, por entender a **modalidade deôntica** equivale “à imposição de forças e suspensão de barreiras no domínio da ação”. Segundo a autora, que adota uma visão cognitivista sobre a construção dos significados, a deontologia não se define simplesmente por um conjunto de formas linguísticas, pois a representação dos eventos enunciados ocorre inserida em uma moldura comunicativa atualizada. Nesse sentido, Miranda afirma que “a modalidade é uma propriedade da enunciação, do discurso, e não da frase, do enunciado”, deixando clara a importância da modalização na interação entre os falantes.

Assimilando em nossa análise essas contribuições, defendemos que o ato de fala imperativo ocorre quando o sujeito se orienta por uma deontologia, um conjunto de saberes acumulados e socializados, que justificariam uma reordenação no estado de coisas vigente. Nesse sentido, o enunciador profere um ato diretivo como “Calma!” somente se, na sua visão, o enunciatário desrespeita a deontologia de um contexto no qual deveria se acalmar. No mesmo sentido, só é possível proferir uma sugestão como “Sente-se” quando o enunciador entende que, naquele cenário e sob aquelas condições, o interlocutor não deve permanecer em pé.

Outro aspecto importante defendido por Miranda é o de que “a modalidade é uma categoria linguística que sinaliza e suscita o processo de construção da IDENTIDADE” (id. *ibid.*, p. 181). Dito de outro modo, as interferências do sujeito sobre o conteúdo enunciado atuam diretamente na construção da sua própria face e também no tratamento concedido à face do interlocutor. A modalidade, portanto, é indissociável da necessidade de camuflar ou socializar a imagem que o enunciador faz de si mesmo e do seu enunciatário, conforme analisaremos no terceiro capítulo.

1.2.1.1. Ato de fala diretivo e condição de satisfação

Os atos de fala diretivos não representam o mundo como ele está, mas como o enunciador gostaria que ele estivesse. Nos enunciados imperativos, portanto, não se estabelece um valor de verdade, mas sim um estado de coisas que deve ser implementado – nos termos de Searle, são as “condições de satisfação”.

Com base nisso, Searle caracteriza os atos de fala diretivos como aqueles que têm “a direção de ajuste *mundo-para-palavra*”, ou seja, “se tudo dá certo com os

desejos e as intenções, o mundo vem a se ajustar ao que é representado na mente” (2012, p. 25).

No caso dos atos de fala diretivos, portanto, o enunciador adota uma estratégia discursiva para projetar sua intencionalidade sobre o enunciatário. Isso porque, recorrendo novamente a Searle, “qualquer estado intencional determina suas condições de satisfação” (SEARLE, 2012, p. 24). Nos enunciados diretivos, para que as condições de satisfação se realizem, é imprescindível a atuação do enunciatário em favor do estado de coisas enunciado. As diferentes construções imperativas, portanto, correspondem a distintas estratégias discursivas para intervir sobre o enunciatário – o que trataremos de modo mais aprofundado no capítulo terceiro.

1.2.2. Modo e formas linguísticas da imperatividade

Conforme mencionamos no início deste capítulo, os estudos mais convencionais sobre a imperatividade se limitam a analisá-la no âmbito das formas verbais do que tradicionalmente se chama de *modo imperativo*. Nos termos de MIRANDA, porém,

*A modalidade ora se associa de forma restrita exclusivamente a **modos verbais** e a **verbos modais**, ora é vista como uma modificação introduzida pelo locutor ao nível da predicação, expandindo-se assim de modo irrestrito a todo e qualquer enunciado uma vez que “todo enunciado apresenta um determinado grau de modalização” (MATEUS et ali, 1989: 102-103)*

MIRANDA (2005, p. 189)

Em seu estudo sobre o verbo em Português, Ilari & Basso (2008) seguem orientação semelhante, tratando o *modo* dos enunciados (“*modus*”) como o conjunto

das alterações que o enunciador imprime sobre o conteúdo proposicional, ou seja, o *dictum* (“*dictum*”).

Nesse viés, os autores também não limitam o estudo do *modus* ao chamado modo verbal, mas o estendem para quaisquer formas que expressem o posicionamento do enunciador sobre o conteúdo proposicional. Nesse sentido, dividem a noção de modo no que chamam de dois grandes eixos:

(...) o primeiro desses eixos é o das operações semânticas feitas sobre um dictum, que compreendem (...) (i.) a modalização (isto é, a consideração simultânea de vários mundos possíveis), (ii.) as diferentes operações de caráter ilocucional que se podem realizar a respeito de um dictum (isto é, os atos de fala), (iii.) diferentes reações psicológicas que podem tomar como objeto um dictum e (iv.) os graus possíveis de comprometimento com um dictum que é objeto de asserção. O segundo eixo é o que dá conta da expressão linguística dessas operações. Aqui, encontramos quatro formas básicas de expressão: (a) o uso de morfemas verbais (particularmente, mas não exclusivamente os de modo), (b) o uso de adjuntos, (c) o uso de auxiliares e (d) o uso de verbos que introduzem sentenças.

(ILARI, R. & BASSO, R., 2008, p. 318)

Em nosso trabalho, assumindo que as construções linguísticas se formam por um pareamento de forma e significado (cf. 2.2.1), analisamos a relação entre elementos desses chamados *dois eixos*. Com esse olhar sobre o objeto, nossos dados permitem afirmar que, além de morfemas, auxiliares e verbos que introduzem sentença (como apontado pelos autores), ainda outros recursos podem manifestar a modalidade deôntica em atos de fala diretivos. É o que revela nosso inventário de construções imperativas, proposto com base nos atos diretivos que emergiram de nosso *corpus*:

- a) formas verbais de 2ª pessoa discursiva;
- b) verbo “ir” na 1ª pessoa do plural;
- c) comandos nominais;

- d) orações condicionais;
- e) verbos no particípio;
- f) formas verbais de futuro;
- g) verbos de comando e de valor volitivo;
- h) verbos deônticos que introduzem sentenças;
- i) orações impessoais avaliativas.

1.2.2.1. Formas verbais de 2ª pessoa discursiva

Neste grupo, inserimos usos mais facilmente identificáveis como imperativos, pois integram o que as gramáticas tradicionais nomeiam por *modo imperativo*. Nessa classificação, temos aqui as formas que tais gramáticas associam à segunda e à terceira pessoa gramatical. Tratamos, portanto, de casos como estes:

- (1) Avisa quando ele sair, ok? (TE, 00:02:25)²
- (2) Flávia, desliga esse telefone. (RE, 00:09:31)
- (3) Combata o tráfico imediatamente (TE, 00:26:58)
- (4) Por favor, respeite a dor da família. (RE, 00:07:03)

Em dissertação de mestrado (BRAGA, 2008), analisamos as formas do singular desse modo verbal, com vistas a surpreender um fenômeno de variação e mudança

² Optamos por indicar a referência dos enunciados citados identificando: a) o texto do qual provém o dado – se de *Tropa de Elite 2* (TE) ou de *Redentor* (RE); b) o momento da narrativa em que ocorre a fala. Dessa maneira, qualquer pesquisador que queira ter acesso aos mesmos dados poderá identificá-los com facilidade nas próprias obras. Quanto à transcrição, por não explorarmos aspectos fonético-fonológicos, aproveitamos os textos das próprias legendas – a não ser quando nelas houve alguma troca de palavras em relação à versão oral.

entre elas. Na ocasião, era-nos importante distinguir as formas imperativas originárias do indicativo e do subjuntivo e também investigar como, na história do PB, estas últimas foram cedendo espaço àquelas.

Neste trabalho, optamos por não distinguir essas formas verbais, tendo por base algumas razões. A primeira delas é já termos empreendido estudo desses usos em dissertação de mestrado, na qual chegamos a conclusões que, possivelmente, seriam apenas confirmadas no *corpus* analisado (em que as formas subjuntivas, numa primeira análise, parecem se limitar a situações de maior formalidade). A segunda razão é a baixíssima incidência de formas subjuntivas em nosso *corpus* atual (5,9% das 355 ocorrências), reforçando uma das conclusões da dissertação: as formas indicativas vêm ocupando contextos de uso que outrora foram das subjuntivas, configurando um processo de mudança linguística.

Outro motivo para agrupar essas formas em um único conjunto é termos como preocupação primeira ampliar o estudo da imperatividade para além da distinção entre indicativo e subjuntivo, entendendo o uso de uma forma verbal da segunda pessoa discursiva como uma das estratégias linguísticas para se expressar a imperatividade.

1.2.2.2. Verbo “ir” na 1ª pessoa do plural

Em princípio, tínhamos em mente constituir outro grupo também composto por formas imperativas tradicionais, uma vez que o *modo imperativo* convencional prevê formas de primeira pessoa do plural. No entanto, todas as formas levantadas são flexões do verbo *ir*, como estas:

(5) Vamos, Celeste, rápido! (RE, 00:07:27)

(6) Vamo, Santos. Faz o péla aí, Gonçalves. (TE, 00:40:24)

(7) Vamos subir! (RE, 01:22:07)

(8) Nascimento, vamos lidar com esse problema de maneira impessoal, tudo bem? (TE, 00:15:57)

Seja nos casos em que atua como verbo pleno, como em (5) e (6), seja nos casos em que se comporta como auxiliar de um infinitivo, tal qual (7) e (8), torna-se visível que, por algum motivo particular, propriedades específicas desse verbo ocasionam sua seleção para um tipo específico de expressão da imperatividade.

Na análise dos dados, discutiremos quais efeitos a primeira pessoa do plural imprime na relação entre enunciador e enunciatário, bem como a relação entre essas construções e a categoria cognitiva MOVIMENTO.

1.2.2.3. Comandos nominais

Como já foi dito, recorreremos à noção de *ato de fala diretivo* para surpreender outras formas linguísticas, para além do modo verbal, que pudessem carrear o valor imperativo. Foi essa estratégia que nos permitiu identificar em certas expressões nominais “a direção de ajuste *mundo-para-palavra*” de que tratamos em 1.2.1. Identificamos casos como os seguintes:

(9) Governador desse estado maravilhoso que é o Rio de Janeiro, atenção. (TE, 00:25:03)

(10) Permissão pra me apresentar, Comandante. (TE, 00:23:39)

(11) Calma, tia, põe eles no meu quarto, tá? (RE, 00:10:14)

(12) Perdão, amigo, perdão. (RE, 01:31:30)

Em cada um desses atos de fala, a imperatividade é ativada em um termo nominal. Nenhum desses termos, porém, contém alguma marca gramatical específica que os torne “nomes imperativos”. Quando “em estado de dicionário”, nenhuma dessas formas tem alguma espécie de valor diretivo. Isso reforça a hipótese de que, a cada enunciado desses, subjaza uma construção da qual emerge o significado da imperatividade, conforme trataremos no capítulo 3.

1.2.2.4. Orações condicionais

Nossos dados indicam também que atos de fala diretivos podem ser constituídos formalmente por orações condicionais. Seguem exemplos:

- (13) Eu não negocio com polícia. Se entrar, vai morrer geral! (TE, 00:12:56)
- (14) Se você ficar calado, ele te tira daqui. (RE, 00:56:01)
- (15) Se os senhores o efetivarem como presidente dessa comissão, estarão atestando que são como ele, verdadeiros bandidos. (TE, 01:47:20)

Em cada uma das ocorrências de orações condicionais com valor imperativo, manifesta-se um princípio comum, que já nos permite ensaiar a descrição de uma oração condicional imperativa: o “ajuste *mundo-para-palavra*” pretendido pelo enunciador – a chamada condição de satisfação, nos termos de Searle – se manifesta regularmente na prótase da sentença.

No capítulo 3, discutiremos em mais detalhe como a relação entre prótase e apódose faz emergir a imperatividade.

1.2.2.5. Verbos no particípio

Limitadas a três ocorrências em nosso *corpus*, todas na obra *Tropa de Elite 2*, são estas as ocorrências de construções imperativas de particípio em nossos dados:

(16) Deitado, filho da puta! (TE, 00:18:29)

(17) Atenção, batalhão! Sentido! (TE, 00:36:42)

(18) Dispensado, Coronel Fábio. (TE, 00:41:26)

Embora tenhamos optado por uma análise qualitativa, a especificidade dessa construção – utilizada exclusivamente em contextos militares – nos leva a inferir que se trata de um uso bastante restrito. Preferimos, por isso, dedicar nossa atenção a outras construções de uso mais amplo e, por ora, apenas registrar que também por meio do particípio podem-se realizar enunciados imperativos.

1.2.2.6. Formas verbais de futuro

Em sua *Moderna gramática portuguesa*, Evanildo Bechara considera que formas verbais de futuro podem expressar “em lugar do *imperativo*, uma ordem ou recomendação, principalmente nas prescrições e recomendações morais” (1999: 279). Como exemplos, o autor cita duas frases (a primeira, um conhecido mandamento bíblico; a segunda, aparentemente, uma frase de sua autoria):

(19) Não furtarás.

(20) Defenderás os teus direitos.

Dados de nosso *corpus* corroboram a afirmação de que formas verbais de futuro podem constituir enunciados imperativos, como mostram os exemplos seguintes:

- (21) Você não vai dizer nada. Nenhuma palavra, e eu te tiro daqui. (RE, 00:48:21)
- (22) Você não vai enlouquecer agora! (RE, 00:48:31)
- (23) Então o senhor vai me fazer o seguinte. O senhor vai me dizer agora onde é que estão as armas da delegacia. (TE, 01:11:30)
- (24) O celular você vai botar na bucha de algum inquérito. (TE, 01:23:29)

Em cada um desses exemplos, o chamado “futuro perifrástico” apresenta-se como construção imperativa.

Como atos de fala diretivos expressam o “ajuste *mundo-para-palavra*” – ou seja, pressupõem “condições de satisfação” em vez de um “valor de verdade”, (cf. 1.2.1.1.) –, não surpreende a proximidade entre imperatividade e futuridade. As principais questões que levantamos, portanto, são de outra ordem: uma é como o enunciado com a forma de futuro estabelece uma condição de satisfação; outra é como se dá a expressão de enunciador e enunciatário nessas construções. Trataremos disso no capítulo 3.

1.2.2.7. Verbos de comando e verbos de valor volitivo

É bastante plausível a afirmação de que a imperatividade, ao instaurar condições de satisfações, tenha as noções de comando e de volição do enunciador como base. Se no ato de fala diretivo se busca um “ajuste *mundo-para-palavra*”, está dado que o enunciador imperativo almeja e solicita esse ajuste. Em certos enunciados, porém, essas noções deixam de ser implícitas, como nestes exemplos:

- (25) Por favor, senhores, eu peço silêncio para garantir a palavra do depoente.
(TE, 01:44:45)
- (26) Fotografa! Eu tô mandando você fotografar! (RE, 01:15:49)
- (27) Eu falei pra esconder a camisa, vai. (TE, 01:38:45)
- (28) Não, eu não quero outro Carandiru. (TE, 00:15:30)
- (29) Eu gostaria de ter dois minutos a sós com ele, por favor. (RE, 00:47:26)
- (30) Eu quero saber como é que o senhor voltou pro BOPE. (TE, 01:05:38)

Apesar de haver especificidades semânticas que permitam separar esses verbos em dois conjuntos distintos, para os fins de nossa análise optamos por agrupá-los, levantando a hipótese de que a mesma construção seja subjacente a esses enunciados. Conforme discutiremos no capítulo 3, parece se tratar de uma estratégia linguística orientada para conferir um caráter mais pessoal ao enunciado.

1.2.2.8. Verbos deônticos que introduzem sentenças

Esse grupo é composto pelo que ILARI, R. & BASSO (2008, p. 318) tratam como “verbos que introduzem sentenças” – como “precisar”, “ter de/ que”. É o que ilustram os dados a seguir:

- (31) Pô, tu tem que me valorizar mais, Rocha. (TE, 00:54:58)
- (32) Você precisa vir aqui pelo menos enterrar teu pai. (RE, 00:42:24)

Os enunciados inseridos neste grupo contêm características semânticas e sintáticas comuns. Em (31) e (32), a imperatividade é ativada pelo verbo modal (“tem que” e “precisa”) e o “ajuste *mundo-para-palavra*” é veiculado pela oração encaixada.

No capítulo 3, analisaremos principalmente como a relação entre enunciador e enunciatário é marcada nessas construções.

1.2.2.9. Orações impessoais avaliativas³

Chamamos de impessoais avaliativas orações modalizadoras como “é melhor”, “é bom”, as quais podem veicular a imperatividade em enunciados como os que seguem:

(33) É melhor você não se meter. Não se mete nisso não. (TE, 00:30:41)

(34) Tá na hora de você dizer quanto é que tem pra mim! (RE, 01:21:21)

À semelhança do que acontece nos casos de verbos deônticos que introduzem sentença, o “ajuste *mundo-para-palavra*” também é veiculado pela oração encaixada. No entanto, a expressão do enunciatário em uma dessas formas imperativas se faz de modo bastante distinto, pelo que optamos por analisá-las como diferentes construções – o que discutiremos no capítulo 3.

³ Esses enunciados tiveram uma incidência bastante baixa nos filmes que compuseram nosso *corpus* principal. No entanto, como essa construção é especialmente importante para analisar a expressão de enunciador e enunciatário na imperatividade, optamos por buscar ocorrências em um manual de autoajuda – gênero escolhido por ter se mostrado propício ao uso dessas construções.

2. ABORDAGEM FUNCIONALISTA-COGNITIVISTA: REFLEXÕES SOBRE A IMPERATIVIDADE

O aspecto cognitivista desta abordagem se justifica, sobretudo, pela identificação de que as categorias cognitivas FORÇA, CAUSA e MOVIMENTO estão na base da conceptualização humana da imperatividade. É importante salientar, porém, que a denominação *Linguística Cognitiva* se refere a um conjunto multifacetado de modelos e que, ao longo desta discussão, buscamos contribuições de abordagens diferentes entre si, mas que se nos mostraram complementares.

Isso só nos foi possível porque, embora cada um tenha suas especificidades, esses modelos formam um arcabouço teórico baseado em premissas comuns. Mesmo abordando diferentes aspectos dos fenômenos da linguagem, a unidade entre eles é garantida pelo princípio de que a relação entre forma linguística e significado se dá em função da estrutura conceptual humana. Essa formulação, nos termos de Miranda (2005, p. 183), baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Existência de estruturas pré-conceituais da experiência;
- Centralidade do corpo na arquitetura de nossos sistemas conceptuais;
- Centralidade das projeções metafóricas.

Com isso, substitui-se o *representacionismo* – em linhas gerais, o pressuposto de que as palavras “representam” a realidade – por um estudo da relação entre formas linguísticas e domínios sociocognitivos. É o que propomos identificar nesta análise sobre a imperatividade.

2. 1. Origens culturais e imperatividade

Os estudos de Michael Tomasello indicam que a “comunicação simbólica” é resultado de um processo evolutivo cujas origens são ainda sensíveis e estruturantes nos sistemas linguísticos (2003, p. 6). Para o autor, a cognição humana, comparada à de outras espécies, tem características únicas, o que nos teria proporcionado, entre outras prerrogativas, a comunicação simbólica interpessoal e sua constante reformulação. Essa exclusividade, segundo Tomasello (2003), deve-se a basicamente três fatores:

- um *filogenético*: desenvolvemos a capacidade de nos identificar com outros indivíduos da nossa espécie, compreendendo-os como seres cujas mentes e intenções são semelhantes às nossas;
- um *histórico*: essa identificação propiciou o surgimento de novas formas de aprendizagem cultural e sociogênese, gerando novos artefatos culturais e tradições comportamentais;
- um *ontogenético*: por crescerem em meio aos artefatos culturais e às tradições comportamentais, as crianças humanas os assimilam, apropriam-se deles e desenvolvem a capacidade de reformulá-los.

Nessa hipótese evolucionista, Tomasello defende que as primeiras formas de comunicação singularmente humanas – as quais, segundo o autor, definiram uma espécie de “infraestrutura” da nossa comunicação simbólica – foram apontar e fazer mímica (2008).

Para que tenhamos um exemplo, consideremos uma cena enunciativa em que um dos interlocutores, para comunicar certa informação, simplesmente aponte para um céu nublado. Esse gesto pode significar algo como “vai chover”, ou “eu avisei que era

melhor trazer o guarda-chuva”, ou “é melhor sairmos da USP logo, para escapar do engarrafamento”, entre outros muitos sentidos possíveis.

Para que um dedo apontado para o céu possa assumir algum – e apenas um – desses significados, é imprescindível a capacidade humana de entender o outro como um semelhante. Quando o ato de apontar é usado como recurso comunicativo, o enunciador vê o outro não apenas como um ser que está inserido em um mesmo “contexto”, mas sobretudo como um indivíduo cujas regras de raciocínio se assemelham às dele. São justamente essas semelhanças cognitivas que permitem ao enunciatário não limitar seu olhar ao dedo que aponta, e nem à nuvem a que ele se dirige. É a capacidade de entender o gesto de apontar e relacioná-lo a outros significados o que, nesse tipo de situação, garante a comunicação entre os indivíduos.

De modo sintético, pode-se afirmar que a capacidade de se identificar com o outro – ou, nos termos de Tomasello, a capacidade que cada pessoa tem de compreender “seus co-específicos como seres mentais/intencionais iguais a ela mesma” (2003, p.11) – gerou a “tradição comportamental” de se comunicar por apontamentos.

Seguindo sua hipótese, Tomasello postula que novos “artefatos culturais” se originaram a partir desse tipo de comunicação. Segundo o autor, o uso de símbolos linguísticos – exemplo prototípico dos “artefatos culturais” de que ele trata – depende de uma infraestrutura desenvolvida na comunicação por apontamentos: assim como o gesto de direcionar o indicador para o céu exige do interlocutor mais que observar o dedo, os símbolos linguísticos “apontam” para as situações comunicativas que estão para além deles.

No caso específico das imperativas, defendemos que esses recursos linguísticos são um tipo de “apontamento”: tais construções – seja uma ordem, um pedido, um

conselho, uma súplica, etc. – apontam para um estado de coisas que ainda não existe, mas que, de modo mais imediato ou menos, o enunciador quer que seja realizado. Nesses casos, parece bastante visível que o entendimento do símbolo linguístico imperativo depende de que se compreenda uma situação comunicativa que está para além dele, à qual ele simplesmente aponta.

Proferir um enunciado imperativo pressupõe, portanto, identificar o outro como um semelhante, capaz de idealizar o mesmo estado de coisas “apontado” pelo enunciador, o que traz à tona o tema da colaboração. Em trabalho cujo foco é discutir o caráter coletivo do comportamento humano, John Searle defende a seguinte tese:

Collective intentional behavior is a primitive phenomenon that cannot be analyzed as just the summation of individual intentional behavior; and collective intentions expressed in the form ‘we intend to do such-and-such’ or ‘we are doing such-and-such’ are also primitive phenomena and cannot be analyzed in terms of individual intentions expressed in the form ‘I intend to do such-and-such’ or ‘I am doing such-and-such’.

(SEARLE, 1992, p. 401).

Para ele, o comportamento colaborativo da espécie humana não pode ser reduzido à conjunção de intenções individuais que, porventura, tiveram uma meta comum. O comportamento colaborativo se dá apenas quando as ações são regidas por uma intenção coletiva, pré-requisito fundamental para a efetiva noção de colaboração.

Em estudos nos quais comparou bebês humanos e outros primatas, Tomasello (2003) buscou argumentos empíricos para comprovar essa tese de que os seres humanos podem engendrar intenções compartilhadas, ou seja, que é propriedade

humana articular intenções, conhecimentos e crenças em prol de uma meta comum. Essa habilidade, mais visível em situações institucionais – desempenho em cargos públicos, em ambientes de trabalho, no casamento, etc. –, é também presente em atividades mais prosaicas – como as ações de usar o transporte coletivo ou de praticar em grupo algum esporte, por exemplo.

Em todas essas atividades colaborativas, é possível identificar uma complementaridade entre as intenções individuais e as coletivas. De modo bastante simples, podemos considerar que, numa partida de futebol, por exemplo, há uma forte relação entre a intenção individual do goleiro (não ter sua meta vazada) e a intenção coletiva da equipe (vencer a partida).

Embora pareça evidente que as atividades sociais são por excelência colaborativas, Searle não deixa de considerar que os agrupamentos humanos são compostos por indivíduos. Sendo assim, pode soar demasiado abstrato e fantasioso o surgimento de intenções coletivas apartadas de intenções individuais. Para sustentar sua tese, ele argumenta de que a colaboração é inerente a nosso comportamento porque nosso modo de interagir com o mundo pressupõe a existência e a atuação de nossos “co-específicos”. Em suas palavras,

(...) I could have all the intentionality I do have if I am radically mistaken, even if the apparent presence and cooperation of the other people is an illusion, even if I am suffering a total hallucination, even if I am a brain in a vat. Collective intentionality in my head can make a purported reference to other members of a collective independently of the question whether or not there actually are such members.

(Id., ibid, p. 407)

Assumindo que somos seres colaborativos, Tomasello levanta a seguinte hipótese: em dado momento da história, os indivíduos que desenvolveram a habilidade de articular atenção, intenção e motivação cooperativas tiveram uma vantagem adaptativa. Como o pesquisador considera que a mesma infraestrutura cooperativa está presente em todas as nossas atividades desempenhadas coletivamente, ele defende que a comunicação humana é essencialmente colaborativa por resultado desse processo evolutivo. A comunicação humana teria surgido, portanto, como um meio eficiente de coordenar o que Searle chama de “intencionalidade coletiva”.

Partindo desse mesmo princípio, deparamo-nos com outra importante justificativa para empreender um estudo cognitivista das construções imperativas: admitindo que as atividades sociais de cada indivíduo sejam sempre relacionadas à sua interação com os demais, é possível defender que as sentenças imperativas são um artefato cultural engendrado com a finalidade de orquestrar as atividades colaborativas. Isso é coerente com o entendimento de Searle sobre os atos de fala diretivos, que, segundo ele, são satisfeitos quando “o mundo vem a se ajustar ao que é representado na mente” (2012, p. 25).

Nessa perspectiva, as “ferramentas imperativas” são usadas pelo enunciador quando este busca exortar o(s) outro(s) a participar da construção de certo estado de coisas tido por ele como mais correto, ou pelo menos mais como mais conveniente. Essa ideia é corroborada pela noção de deontologia proposta por Searle (2012) - conforme discutimos em 1.2.1.

2.2. Construções imperativas: o pareamento entre forma e função

Seguindo o conhecido postulado saussuriano de que “o ponto de vista cria o objeto”, delimitamos critérios fundamentais para constituir o que ora chamamos de construções imperativas. Conforme afirmamos no capítulo 1, coletamos no *corpus* analisado enunciados concretos nos quais ocorreram atos de fala diretivos e, de posse desses dados, estipulamos um inventário de formas linguísticas utilizadas para carrear tais valores semântico-pragmáticos.

Para tratar dessa relação entre forma e significado, recorreremos basicamente a duas propostas de análise que, a nosso ver, têm mais complementaridades que dissemelhanças: a Gramática de Construções, sobretudo com base no trabalho de Goldberg (1995) e a Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista, de Castilho (2010).

2.2.1. Gramática de Construções

Os estudos linguísticos sobre Gramática de Construções (doravante GC), se não chegam a formar uma corrente homogênea, partem de alguns princípios fundamentais. O principal deles, constantemente evocado por pesquisadores dedicados ao tema, é o de que as expressões linguísticas, independentemente de sua extensão ou complexidade, constituem unidades simbólicas nas quais há uma correspondência entre forma e significado.

O postulado não é de todo novo nem de exclusividade desse campo de estudos linguísticos – basta lembrar a dicotomia saussuriana entre significante e significado. Visando então a delimitar com mais precisão esse tipo de análise, Goldberg (2003)

elencou outros princípios comuns a esses estudos, dos quais destacamos, além do pareamento forma-significado, a visão cognitivista sobre os elementos linguísticos.

Segundo Goldberg, tais estudos assumem que as construções são engendradas pelo aparato cognitivo da espécie humana (*i.e.*, o sistema conceptual que emerge da experiência humana com o meio). Nesse sentido, embora defendam a existência de certos universais linguísticos, esse fenômeno não é tido como consequência de uma “Gramática Universal” – como defende a orientação gerativista –, mas como uma decorrência da universalidade das propriedades de cognição humanas.

Tomasello (2003:188) aponta que, desde muito cedo, os seres humanos aprendem a usar suas habilidades de aprendizagem cognitiva, universais da espécie, para compreender e adquirir as construções linguísticas que suas culturas particulares criaram ao longo do tempo histórico. Em suas palavras,

(...) por exemplo, quando as crianças aprendem a palavra give [dar], não há nenhuma aprendizagem isolada dos papéis participantes que invariavelmente acompanham atos de dar: o doador, a coisa dada e a pessoa a quem se dá; na verdade, nem mesmo podemos conceber um ato de dar na ausência desses papéis participantes.

(TOMASELLO, 2003, p. 187)

Desse modo, abandona-se a possibilidade não só de que os signos, mas também de que as construções sejam arbitrárias, uma vez que sua origem remete à interação dos indivíduos entre si e com o mundo, mediada sempre pelas suas redes de cognição.

No modelo adotado por Goldberg (1995), a construção é um par constituído por forma e significado, cujo sentido emana do todo, ou seja, não se pode predizer com base em seus constituintes isoladamente. Nos termos da autora,

Phrasal patterns are considered constructions if something about their form or meaning is not strictly predictable from the properties of their component parts or from other constructions.

(Goldberg, A. 1995, p. 4)

Partindo do mesmo princípio, Tomasello (2003, p. 187), analisando o processo de aquisição linguística de crianças em sua língua materna, considera que, ao mesmo tempo que estão adquirindo suas primeiras palavras, os bebês estão adquirindo já suas primeiras construções. Isso fica mais evidente, por exemplo, quando aprendem uma palavra como “dar”: compreender o ato expresso pelo termo, nesse caso, pressupõe conhecer os participantes da ação – o doador, a coisa dada e a pessoa a quem se dá –, cuja expressão linguística está pressuposta na construção de que tal verbo participa.

Em sua obra *Constructions* (2003), Goldberg aplica essa concepção às construções de estrutura argumental, demonstrando que seu significado não se deve estritamente ao dos verbos ou ao significado de outros itens lexicais que as constituem.

Ferrari (2011, p.136) ilustra o fenômeno em exemplos de construções de movimento causado: nelas, os participantes são um termo agente (causador do movimento), outro termo paciente (o próprio elemento que sofrerá o deslocamento) e o destino a que este último se dirige. Comparando “mandar” e “chutar”, a autora mostra que, enquanto a rede argumental prototípica do primeiro é diretamente relacionada a esses papéis, a do segundo recebe contribuições da construção. Vejamos exemplos:

(35) Ronaldo mandou a bola para o fundo da rede.

(36) Ronaldo chutou a bola para o fundo da rede

Segundo a proposta de Goldberg, “mandar”, em seu uso prototípico, já teria uma rede composta por três argumentos, contudo “chutar”, também na acepção prototípica,

teria apenas dois (como em “O policial chutou a porta do cativoiro”). Comparando os dois exemplos anteriores, portanto, o enunciado (36) evidencia que, à parte dos itens lexicais manejados, a construção de movimento causado contém forma e significado próprios: “chutar”, cujo uso prototípico é bi-argumental, recebe em (36) um terceiro argumento justamente porque a construção em que foi inserido pressupõe um complemento oblíquo que expressa o destino do paciente.

Nesta tese, postulados da GC nos auxiliam a tratar a relação entre determinadas formas e um significado imperativo, como nestes exemplos:

(37) Silêncio! Silêncio, gente! (RE, 53:09)

(38) Atenção, batalhão! Sentido! (TE, 36:42)

(39) Peraí, calma. (RE, 01:13:41)

(40) Perdão, amigo, perdão. (RE, 01:31:30)

Em (37) a (40), a imperatividade não é carregada por uma forma do modo verbal imperativo, mas por um nome. Não é possível afirmar que, “em estado de dicionário”, cada um dos substantivos sublinhados contenha o significado da ordem, do pedido, ou de qualquer comando. Isso nos permite defender que, em sentido amplo, existe uma espécie de construção imperativa que, subjacente aos atos de fala, imprime nesses enunciados o valor da imperatividade.

Algo semelhante parece ocorrer nestes casos:

(41) Me solta aqui! Vamô! (RE, 01:25:14)

(42) Senhores, vamos manter o silêncio para garantir a palavra do depoente.

(TE, 01:45:00)

Embora contenha a marca formal da primeira pessoa, nos dois casos a forma “vamos” não se refere necessariamente ao enunciador. Parece-nos, portanto, que também nesses exemplos o valor imperativo não é inerente aos componentes isolados do enunciado, mas resultado de algo semelhante a uma construção imperativa.

Esses dois grupos de exemplos ainda ilustram que o valor da imperatividade pode ser carregado por diferentes construções, o que nos remete ao conceito de *rede*. Para Goldberg, como são derivadas de um mesmo aparato cognitivo, diferentes construções podem ter pontos de semelhança. Assim, o repertório de construções de uma língua forma um conjunto estruturado, em que os elementos estão ligados por relações de herança.

Com este termo, a autora se refere à noção de que, embora apresentem propriedades particulares, as construções podem “herdar” suas características de outras mais prototípicas, com as quais formem uma *rede construcional*. Para surpreender a existência das construções e de suas, Goldberg (1995) propõe estes quatro princípios:

- I. *Princípio da motivação maximizada*: se uma construção A é sintaticamente relacionada a uma construção B, há entre elas uma relação semântica;
- II. *Princípio da não sinonímia*: se duas construções são sintaticamente diferentes, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas, observando-se que:

- a) se elas são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, são portanto pragmaticamente distintas;
 - b) se são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, são portanto semanticamente distintas.
- III. *Princípio do poder expressivo maximizado*: o inventário de construções é maximizado por propósitos comunicativos;
- IV. *Princípio da economia maximizada*: o número de construções diferentes é minimizado o quanto possível.

A tese de que as construções se organizam em redes, por meio de relações de herança, apoia-se no princípio cognitivista de que as línguas não se constituem de modo arbitrário. Goldberg, apoiada em Haiman (1985), argumenta que, sem generalizações e simplificações, seria impossível que nossos finitos recursos de linguagem nos possibilitassem lidar com as infinitas circunstâncias a que nos submetemos no mundo natural. Nesse sentido, tais generalizações e simplificações, regidas pelos princípios acima, são a base para o surgimento de novas construções, herdeiras de outras mais prototípicas.

Embora não tenhamos a pretensão neste trabalho de descrever redes construcionais imperativas, consideramos pertinente levar em conta o “Princípio da não sinonímia”: as diferenças sintáticas entre as construções imperativas estarão relacionadas certamente a distinções semântico-discursivas entre elas.

2.2.2. A Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista

Ao relacionar as formas linguísticas e os valores semântico-pragmáticos que compõem as construções imperativas, levamos em conta a proposta de Castilho (2010),

segundo a qual a língua deve ser vista como um conjunto de subsistemas que, embora relacionados, mantêm sua autonomia.

Para o autor, essa proposta surge como uma necessidade a partir do que ele considera uma “crise na abordagem funcionalista”, por não se estabelecer com precisão se o alvo das investigações seriam os produtos ou os próprios processos do fazer linguístico. Como alternativa à crise, Castilho defende a formulação de uma teoria que aborde a língua em sua complexidade e em seu dinamismo, de modo a tratar os processos adequadamente.

Esse novo tratamento, ainda segundo Castilho, depende de que se supere a visão epistemológica da ciência clássica, que, no caso específico dos estudos linguísticos, permite imaginar que um fato de gramática pode ser provocado por outro da pragmática, como se, entre os diferentes subsistemas linguísticos, os fenômenos se dessem de modo linear, e não concomitante.

Esse entendimento se deve a uma perspectiva de investigação na qual a tarefa do pesquisador seria desvendar uma regularidade oculta por trás de um caos apenas aparente. Para isso, o linguista precisa de algum artifício metodológico que lhe permita considerar os dados como estáticos, fugindo do complexo dinamismo em que eles são produzidos. Dessa forma, só é possível observar os produtos, jamais os processos que os geraram, o que leva a uma equivocada identificação de relações determinísticas entre os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno.

Com vistas a estudar a língua em seu dinamismo, Castilho propõe uma alternativa para que se busque evitar os problemas decorrentes do olhar clássico. A abordagem científica conhecida como “Teoria do Caos” ou como “Ciência dos Sistemas

Complexos” aparece então como uma opção mais adequada ao estudo dos processos linguísticos. Optando-se pela abordagem da língua como um sistema complexo, assume-se que o sistema linguístico apresenta as mesmas características desse tipo de sistema: a mudança é uma constante, não havendo estabilidade; o sistema é algo dinâmico, não linear; seus elementos, portanto, também se relacionam de modo simultâneo, não linearmente.

Resumindo os postulados para uma Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista, Castilho destaca que:

[...] (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

(2010, p. 69)

Os postulados (1) e (2) inserem a proposta de Castilho entre os estudos cognitivistas e funcionalistas, que adotam, respectivamente, os mesmos princípios. O postulado (3) lida basicamente com a ideia de que as pressões do uso interferem na configuração das estruturas linguísticas, motivo pelo qual estas estão sujeitas, por exemplo, a variação e mudança. O postulado (5) destaca a necessidade de se considerar que, numa mesma realidade sincrônica, existem usos próprios de momentos históricos diversos – o que vai contra a estanque dicotomia entre sincronia e diacronia.

Entre todos, contudo, é o postulado (4) que destacamos para os fins desta tese. Nele, a noção de multissistemas tem por base duas importantes premissas, as quais distinguem os processos linguísticos de seus produtos.

A primeira é a de que, no âmbito dos processos, as línguas são definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, que operam de modo dinâmico e autônomo. Nesse sentido, a proposta Multissistêmica pode se somar a trabalhos como os de Tomasello (2003, 2008) e Searle (1990), mencionados acima, para quem o fenômeno linguístico se origina em características cognitivas da espécie humana. É possível hipotetizar, portanto, que os processos de lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização formem um rol de mecanismos por meio dos quais, partindo da experiência concreta de interação com o meio e com os co-específicos, construíamos constantemente os artefatos linguísticos.

A outra premissa diz respeito à “língua-enquanto-produto” (2010, p. 77): nesse aspecto, as línguas são vistas como um conjunto de categorias organizadas em um multissistema. Da lexicalização, portanto, resulta um léxico; da discursivização, um discurso; da semanticização, uma semântica; da gramaticalização, uma gramática.

Especialmente sobre a **gramaticalização**, é imprescindível destacar que o emprego desse termo na proposta de Castilho nada tem a ver com a ideia de transformação de um item lexical em gramatical, ou mesmo a transformação em um item já tido como gramatical, que passaria a ser entendido como “mais gramatical”. Na definição de Heine, Claudi & Hünemeyer,

Where a lexical structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function, we are dealing with grammaticalization, a process that can be found in all languages known to us and may involve any kind of grammatical function.

(1991, p. 2)

Castilho tece fundamentadas e duras críticas a esse tipo de análise, justamente por identificá-las como manifestação maior da “crise na abordagem funcionalista”, a que sua Teoria Multissistêmica se apresenta com alternativa. Tendo em vista que os itens linguísticos todos já teriam propriedades gramaticais e tomando a gramática como um dos subsistemas autônomos, a gramaticalização não é vista aqui, portanto, como um epifenômeno. Em sua proposta, o termo gramaticalização deve ser entendido como o processo por meio do qual se constrói a gramática, entendida aqui como um dos subsistemas que compõem uma língua. Em nosso estudo, por exemplo, tratamos de como se constitui gramaticalmente o enunciado imperativo.

Quanto à **lexicalização**, trata-se do processo de criação do vocabulário. Para Castilho, o léxico é um inventário de categorias e subcategorias cognitivas, virtual e pré-verbal. Léxico e vocabulário, portanto, são tomados como entidades distintas na proposta multissistêmica. Por isso, nos termos do autor, a lexicalização

[...] é o processo por meio do qual conectamos o léxico, entendido como um inventário pré-verbal, ao vocabulário, entendido como um inventário pós-verbal, um conjunto de produtos concretos, ou seja, as palavras.

(CASTILHO, 2010, p. 133)

Antes de propor sua definição de **semanticização**, Castilho leva em conta a existência de diferentes campos de análise semântica: semântica léxica, semântica composicional e semântica pragmática. No entanto, o foco da abordagem multissistêmica não recai sobre algum desses campos, mas sobre categorias semânticas, até mesmo pelo reconhecimento de que os diferentes de análise do sentido não são absolutamente estanques e hierarquizados. Em suma, Castilho propõe que a semanticização, entendida como “o processo de criação dos sentidos” (2010, p. 122),

seja analisada com base nestas categorias: (1) dêixis e foricidade, (2) referenciação, (3) predicação, (4) verificação, (5) conectividade, (6) inferência e pressuposição, (7) metáfora e metonímia. Entre essas, esta tese destaca a categoria metáfora, pois, como discutiremos no terceiro capítulo, defendemos que a imperatividade é um tipo de evento metaforicamente estruturado.

Para definir **discursivização**, Castilho não deixa de considerar a polissemia do termo *discurso* nos estudos linguísticos. Entre as diferentes abordagens que podem se apresentar como *Análise do discurso*, a análise multissistêmica se afasta do estudo das *formações discursivas* e sua articulação ideológica, pendendo para o estudo das formas textuais. Nos termos do autor, a opção é tomar o discurso como:

[...] o conjunto de negociações em que se envolvem o locutor e o interlocutor, através das quais (i) se instanciam as pessoas de uma interação e se constroem suas imagens; (ii) se organiza a conversação através da elaboração do tópico discursivo, dos procedimentos de ação sobre o outro ou de exteriorização dos sentimentos; (iii) se reorganiza essa interação através do subsistema de correção sociopragmática; ou (iv) se abandona o ritmo em curso através de digressões e parênteses, que passam a gerar outros centros de interesse.

(CASTILHO, 2010, p. 133)

A discursivização é então entendida como “o processo de criação de textos”, com base na ideia de que “a interação verbal apoia-se no conhecimento do mundo suposto no interlocutor e no modo particular como esse conhecimento é entrevisto e categorizado” (2010, p. 135). Essa interação, segundo Castilho, está diretamente relacionada aos mecanismos cognitivos *moldura* (tomada como uma expectativa sobre o mundo que orienta a interação) e *perspectiva* (tomada como o “ponto de vista”, o ponto de observação instaurado no enunciado).

Tendo em mente a importância de cada subsistema para a compreensão dos fenômenos linguísticos, tomamos as reflexões de Castilho como uma orientação metodológica, por meio da qual, no terceiro capítulo, analisaremos as construções imperativas.

2.3. Metáfora e conceptualização cognitiva

Na obra *Metaphors we live by* (1980), Lakoff e Johnson propõem que as metáforas não sejam vistas apenas como recursos poéticos ou retóricos, já que, segundo suas conclusões, estavam diante de um fenômeno cognitivo bastante mais amplo. Para os autores, longe de se limitar à imaginação poética, a metáfora é constante na vida cotidiana: não só a linguagem, mas o pensamento e a ação resultam de nossa capacidade cognitiva de elaborar metáforas.

Nessa perspectiva analítica, sustenta-se que temos a capacidade de conceber as experiências como se fossem elementos materiais. Dessa maneira, conseguimos tratá-las como entidades mais discretas e, assim, referirmo-nos a elas, categorizarmo-las, agruparmo-las, quantificarmo-las, enfim, somos capazes de racionalizar esses elementos.

Descrito em termos relativamente simples, o mecanismo envolve a conceptualização de um domínio de experiência em termos de outro. Dessa forma, as metáforas são estruturadas por um domínio-fonte e um domínio-alvo: o primeiro envolve propriedades físicas e, portanto, noções mais concretas; o outro, noções mais abstratas. Assim, numa frase como “A Embraer informou que não vai passar informações sobre o estado de saúde do piloto” (Folha de S. Paulo, 21.02.2014), as

informações são compreendidas como se fossem um elemento concreto que, como tal, pode “ser deslocado” – no exemplo, “passar” – de um espaço a outro. Nesse caso, o domínio-fonte inclui as noções de OBJETO e de MOVIMENTO, enquanto o domínio-alvo é o ato de comunicar algo a alguém.

Nos termos de Croft & Cruse (2004, p. 197), as metáforas são, portanto, estruturas conceituais, não apenas linguísticas. Nesse sentido, retomando o exemplo anterior, não é uma peculiaridade da língua portuguesa a possibilidade de tratar as palavras como se fossem um RECIPIENTE capaz de conduzir determinados conteúdos (a chamada METÁFORA DO CONDUTO, proposta por Reddy [1979]): a mesma conceptualização metafórica se mostra estruturante em diferentes idiomas – o que explica, na perspectiva cognitivista, os universais linguísticos.

Tomando as metáforas como estruturas conceituais, Lakoff (1992) afirma que ele e seus alunos (especialmente Sharon Fischler, Karin Myhe e Jane Espenson) identificaram que

various aspects of event structure, including notions like states, changes, processes, actions, causes, purposes, and means, are characterized cognitively via metaphor in terms of space, motion, and force.

(LAKOFF, 1992, p.14)

É nesse sentido que o estudioso propõe alguns eventos metaforicamente estruturados, entre os quais merecem destaque em nosso estudo os seguintes: a) estados são espaços; b) mudanças são movimentos; c) causas são forças. Neles, as noções mais concretas ESPAÇO, MOVIMENTO e FORÇA são tomadas como domínios-

fonte recorrentes para conceptualizar noções mais abstratas, respectivamente, ESTADO, MUDANÇA e CAUSA.

No caso do enunciado imperativo, defendemos que ele correlaciona um estado inicial – no caso, o estado de coisas imediato à enunciação – e um outro, correspondente à condição de satisfação do enunciado. A MUDANÇA de um estado a outro, portanto, em se considerando a noção de eventos metaforicamente estruturados, parece ter como base a categoria cognitiva MOVIMENTO.

Identificando assim consideráveis justificativas para defender que as construções imperativas constituem uma rede, cujo ponto comum está na semelhante conceptualização da imperatividade, trataremos em mais detalhes das categorias MOVIMENTO, FORÇA e CAUSA.

2.3.1. Movimento: considerações à luz da Física

“Como é que algo pode ser e deixar de ser? Em outras palavras, como explicar o movimento, entendido aqui de forma mais ampla do que o simples deslocamento físico, como mudança e transformação?” (PORTO, 2009, p.2). Essa questão inicial, que provavelmente contaria com a adesão de estudiosos das metáforas cognitivistas, remonta a tempos bastante distantes: na antiga Grécia, as conclusões de Aristóteles (385 a.C. – 322 a.C.) sobre os fenômenos físicos tomavam a noção de movimento como sinônimo de mudança, não se limitando, portanto, ao sentido de deslocamento espacial.

Para o filósofo, havia uma distinção entre *ser em potência* e *ser em ato*. Por exemplo: como uma semente de girassol jamais se torna uma roseira, a semente seria

o girassol “em potência”; seu *movimento natural* seria assim se tornar “girassol em ato”.

Ainda segundo a concepção aristotélica, “existe na semente um elemento de causalidade, definido por sua essência, que determinará sua evolução” (*id, ib. p. 2*).

A noção de causalidade, nessa concepção, residia no princípio de que o universo é constituído de elementos fundamentais – terra, ar, fogo e água – e que cada um deles teria seu “lugar natural”, assim identificados: O lugar natural do elemento *terra* era o centro do universo, e isto explicava por que os corpos pesados (nos quais o elemento terra seria dominante), como uma pedra ou um pedaço de ferro, tendem sempre a retornar para a Terra, localizada no centro do universo, quando soltos no ar ou jogados para o alto. O elemento *água* tinha o seu lugar natural acima do elemento *terra*, vindo a seguir o lugar natural do elemento *ar*. Dentro do esquema de pensamento aristotélico, essa ordenação explicava por que os rios, lagos e oceanos encontram-se sobre a superfície da Terra, enquanto o ar localiza-se acima destes. O elemento *fogo*, por sua vez, tinha seu lugar natural sobre os demais, o que era mostrado pela **tendência** das chamas dirigirem-se para o alto.

(ZYLBERSTAJN, A: 1988, p. 3. Grifo nosso)

Com base na premissa de que esses elementos básicos estão na composição de todos os demais elementos, Aristóteles prevê dois tipos de movimento: o *movimento natural*, quando o objeto busca seu “lugar natural” (uma pedra caindo, por exemplo) e o *movimento violento*, quando o objeto se afasta desse seu lugar (como o caso de uma pedra lançada ao alto). Nessa concepção, como toda mudança provém de uma causa, o movimento é concebido sempre como um efeito – que cessa uma vez cessada a causa. No movimento natural, a causa seria a própria busca do lugar natural e, no violento, uma **força** exercida sobre o corpo.

A mecânica de Aristóteles, embora tenha servido de base para o desenvolvimento desse campo de investigação, pode ser vista por físicos contemporâneos como “muito intuitiva”, dados os avanços da Física – sobretudo nos séculos XVI e XVII. Já com Isaac Newton (1643 – 1727), em sua chamada “1ª Lei”, essa

visão sobre o movimento era contestada com a formulação do princípio da inércia, segundo o qual *todo corpo continua em seu estado de repouso, ou de movimento uniforme em linha reta, a menos que ele seja compelido a mudar este estado por forças impressas sobre ele* (apud ZYLBERSTAJN, 1988, p. 13).

Curiosamente, também por seu caráter intuitivo, estudiosos da Educação têm sugerido que considerar a complexidade do processo de elaboração dos conceitos físicos contribui na compreensão dos “obstáculos cognitivos frequentemente enfrentados pelos estudantes em seu processo de aprendizagem” (PORTO, 2009, p. 1). Dito de outro modo, se a mecânica de Aristóteles não explica satisfatoriamente fenômenos físicos mais complexos, ela parece refletir muito bem a conceptualização ocidental sobre a realidade – a mesma que, segundo estudos de orientação cognitivista, é geradora de toda sorte de construções linguísticas.

Essa convergência entre o modo como a Física – disciplina a que, por excelência, podemos atribuir o estudo dos movimentos – e a Linguística Cognitiva inter-relacionam noções como as de FORÇA, CAUSA e MOVIMENTO parece reforçar então a tese de que existem estruturas conceptuais metafóricas por meio das quais ordenamos a realidade e sua representação. Tendo isso como base, vejamos como a Linguística vem se apropriando dessas mesmas noções, literal ou metaforicamente.

2.3.2. As categorias FORÇA e CAUSA na perspectiva cognitivista

Para Silva, “a conceptualização da causa, causalidade ou causação é um aspecto fundamental da cognição humana” (2005: 13), por se tratar de uma categoria fundamental para a construção da coerência no mundo que habitamos e nas relações

interpessoais que estabelecemos. Como vimos em 2.3.1., a própria explicação aristotélica sobre os fenômenos físicos se ampara na premissa de que os movimentos – tanto o natural quanto o violento – são sempre efeitos, inequivocamente advindos, portanto, de uma causa.

Leonard Talmy (2000), também considerando a importância da causalidade, propõe decompô-la por meio do estudo da dinâmica de forças, como uma alternativa ao conceito de causação nas análises linguísticas tradicionais. Segundo o autor, ao se tomar a noção de causa como se fosse um conceito cognitivo primitivo, não se observam outros conceitos efetivamente primitivos, dos quais a causação é decorrente.

Assumindo, portanto, a existência de categorias cognitivas fundamentais na organização do significado (das quais número, aspecto, modo e evidencialidade são exemplos), Talmy discute a importância da dinâmica de forças em nosso aparato cognitivo, já que, em seu estudo, defende a inserção da FORÇA entre essas categorias fundamentais (2000, p 409).

2.3.2.1. Dinâmicas de forças

Em seu modelo de dinâmica de forças, Talmy considera a interação entre dois atores: um deles é o **agonista**, sobre o qual recai a força aplicada pelo outro, o **antagonista**. Nessa análise, são três os fatores primordiais a se considerar, a saber: a) a tendência intrínseca do agonista (se ao repouso/inação ou ao movimento/ação); b) o tipo de força exercida pelo antagonista; c) o balanço das forças atuantes.

Talmy distingue ainda dois grandes padrões (2000, p. 419) de intervenção sobre a realidade. No primeiro, considerado um tipo de causação mais prototípica, a

intervenção sobre o “curso natural” das coisas envolve mudança, como nestes exemplos:

(43) Venezuela enviará diesel à Palestina (...)

Revista Fórum, 18/04/2014. Disponível em: <http://bit.ly/1HAgUKR>. Acesso em 08/05/2015.

(44) Juíza proíbe *blog* de citar professora da Fatec de Barueri

Carta Capital, 11/12/2013. Disponível em: <http://bit.ly/1AkFiAs>. Acesso em 08/05/2015.

Em (43) e (44), os agonistas têm tendências distintas: em (43) ao repouso e, em (44), ao movimento. Ambos os agonistas, porém, sofrem a interferência de um antagonista que lhes aplica uma força contrária à tendência intrínseca, alterando o “curso natural das coisas” e promovendo uma mudança.

No balanço de forças do exemplo (43), o agonista “diesel”, que tende ao repouso, é sobrepujado pelo antagonista “Venezuela”, capaz de promover seu movimento. No balanço de forças em (44), o agonista “*blog*” tende à ação de “citar professora da Fatec de Barueri”, porém o antagonista “juíza” exerce uma força contrária a essa tendência e, sendo mais forte, conseguirá impedir o agonista.

No segundo modo de intervir – que, como aponta Silva (2004: 589), em Português se lexicaliza por verbos como “manter” e “continuar” –, a atuação sobre a entidade garante a manutenção de seu estado ou de seu modo de existir. Assim, a intervenção sobre o curso das coisas não implica mudança, como nestes casos:

(45) Presidente da Síria autoriza multipartidarismo (...).

EBC, 04/08/2011. Disponível em: <http://bit.ly/1HnQVUf>. Acesso em 08/05/2015.

(46) Ministra do STF mantém corte de salários de professores grevistas de SP.

Folha de S. Paulo, 22/05/2015. Disponível em: <http://bit.ly/1F275kH>. Acesso em 08/05/2015.

Em ambos, a força aplicada pelo antagonista é favorável à tendência dos agonistas. Em (45), a forma verbal “autoriza” estabelece uma dinâmica de forças em que o antagonista “Presidente da Síria” remove o bloqueio contrário à tendência de movimento que levaria ao “multipartidarismo”. Já em (46), o antagonista “Ministra do STF” opta por não intervir sobre a “tendência” que já levaria “naturalmente” ao corte de salários.

A análise de enunciados como os anteriores levam Talmy a postular quatro diferentes dinâmicas: *causação*, *bloqueio*, *permissão* e *manutenção*. De modo mais esquemático, podemos assim sintetizá-las:

- a) **Causação:** o agonista tende ao repouso, porém o antagonista promove seu movimento;
- b) **Bloqueio:** o agonista tende ao movimento, porém o antagonista o impede;
- c) **Permissão:** o antagonista remove uma força para que se cumpra a tendência do agonista;
- d) **Manutenção:** antagonista opta por não interferir sobre a tendência do agonista.

Analisando as quatro dinâmicas descritas, Talmy fundamenta a tese de que a categoria força é mais primitiva que a *causação* (2000, p. 428). Em (a) e (b) – exemplificados em (43) e (44) –, ocorre um choque entre a força aplicada pelo antagonista e a tendência intrínseca do agonista. Já em (c) e (d) – respectivamente, exemplos (45) e (46) –, inexistente o choque entre antagonista e agonista, uma vez que a força não é aplicada diretamente sobre este. Nos termos de Silva (2005, p. 17), nos dois primeiros casos, em que se dá o choque, a dinâmica de forças promove a **causação mais direta**; nos dois outros, em que o choque inexistente, a dinâmica é outra e se perfila uma **causação mais indireta**.

Talmy aponta ainda que esse tipo de análise é vantajoso porque

the force-dynamic analysis provides a framework that accommodates, among the patterns with a stronger Antagonist, not only 'causing', but also 'letting'. Further, it accommodates not only the prototypical forms of these, but also the nonprototypical, in the sense in which Lakoff (1987) characterizes prototypicality for a conceptual category. Thus, it accommodates not only the prototypical type of causing, 'onset causing of action', which all accounts treat, but also 'onset causing of rest'.

(2000, p. 429)

Embora agonista e antagonista façam necessariamente parte de cada uma das dinâmicas, isso não significa que sua lexicalização ou mesmo gramaticalização ocorra de maneira uniforme. Ao contrário, Talmy salienta que, além de nem sempre terem a mesma configuração sintática, alguns atores sequer são explicitados em determinadas construções, sendo possível tanto a agonista quanto a antagonista estarem implícitos. O linguista, discorrendo sobre distintos efeitos provocados pelas diferentes formas de expressão, afirma o seguinte:

Generally, the factors that are explicitly referred to, and those expressed earlier in the sentence or higher in a case hierarchy, are more foregrounded – that is, have more attention directed to them. [...] those factors not explicitly mentioned are still implicitly present, but backgrounded.

(Id, ibid, p. 422)

Essa constatação é coerente com o que o estudioso apresenta como propósito fundamental de seu trabalho, a saber, lidar com a relação entre a organização conceitual

da dinâmica de forças – que integra outros sistemas cognitivos – e sua estruturação semântica na linguagem (2000, p. 411).

2.3.2.2. Causalidade como um modelo cultural

Contribuindo com a abordagem de Talmy, os trabalhos de Silva (2004 e 2005) destacam dois aspectos importantes. O primeiro deles é a elucidação de que a dinâmica de forças revela um “modelo cultural da causação”, ou seja, o que ele afirma ser um modo ocidental de conceber a realidade segundo o qual existem “tendências naturais” que podem ser mantidas ou alteradas conforme a atuação de determinadas forças. Para o autor, “a causação é uma construção *mental*, fundamentada na *experiência* e compreende vários conceitos causais *prototipicamente* estruturados” (Silva: 2005, 13).

Ainda nas palavras do autor,

It is the metaphor “reasons are causes” that leads us to see the world as rational, that leads us to believe that “what happens happens for a reason”. This is one of the ways we conceive rationality. *Causal reason* assumes that actions or statements can be understood as being coherently caused or motivated. In this view, an event whose cause cannot be accounted for is irrational in that it “doesn’t make any sense”.

(SILVA: 2004, p. 592)

O segundo aspecto destacado por Silva é a percepção de que o modelo de Talmy pressupõe uma espécie de “cenário de interação”, no qual determinada entidade é movida por sua tendência natural, a menos que seja alterada por outra entidade, necessariamente mais forte.

Silva considera também que, ao conceber a realidade em termos de “naturalidade”, admitindo haver um “curso natural”, esse modelo cultural da causação abarca, além da dinâmica de forças, outra propriedade, também construída

metaforicamente: a responsabilidade (2004, p. 591). Segundo o estudioso, as construções linguísticas baseadas na causalidade têm a função de assinalar a responsabilidade de um agente externo (*id.*, *ibid.*, p. 591) que, no modelo proposto por Talmy, será o antagonista.

Analisando sob essa perspectiva os exemplos citados acima, os enunciados (43) e (44) são casos mais prototípicos de causação do que (45) e (46). Como nos dois primeiros o balanço das dinâmicas resulta em mudança, é mais visível a responsabilidade atribuída a um antagonista. No entanto, no modelo cultural de causação analisado, também se pode atribuir responsabilidade pela manutenção de um estado de coisas em que o antagonista “abstém-se ou deixa de exercer uma força que possa opor-se à tendência do agonista” (*id.*, 2005, p. 15), ainda que não se trate dos casos prototípicos.

2.3.2.3. Forças, causas e imperatividade

Embora o trabalho de Talmy esteja centrado nas dinâmicas de força, não é o balanço de forças resultante da relação entre antagonista e agonista que por ora nos interessa. Isso porque a IMPERATIVIDADE corresponde à própria instauração de uma “condição de satisfação” (*cf.* 2.1.1.) – ou seja, de estado de coisas que o enunciador aponta e quer ver realizado –, o que independe de se concretizar a condição de satisfação.

Ainda assim, defendemos que o estudo da relação entre agonista e antagonista, estabelecida por meio da aplicação de uma força deste sobre aquele, reforça a hipótese de que as construções imperativas são artefatos simbólicos (*cf.* Tomasello, 2003) que

constituem uma espécie de “rede construcional”, ainda que nem sempre haja semelhança sintática entre elas.

Para nortear a discussão, incorporamos ainda a metodologia Multissistêmica de análise linguística, considerando algumas questões fundamentais, que podem ser resumidas na seguinte pergunta: como se representa linguisticamente a aplicação de força na imperatividade?

2.4. O funcionalismo como método de trabalho

A abordagem cognitivista, ainda que tome como central a interação do falante com seu ambiente, não tem como método recorrente apoiar suas análises em dados da língua em uso – possivelmente pela influência da perspectiva formalista que fora adotada outrora por alguns expoentes dos estudos cognitivistas. Não é incomum, portanto, que a discussão teórica leve a hipóteses verificadas apenas em frases forjadas, e não em textos efetivamente utilizados na comunicação interpessoal (*cf.* LAKOFF [1980], GOLDBERG [1995], TALMY [2000], CROFT e CRUISE [2004]).

Defendemos nesta tese que, por mais que estudos sem base em dados reais possam permitir generalizações importantes, considerar o uso efetivo que os falantes fazem das expressões linguísticas, bem como os elementos situacionais relacionados a esse uso, confere maior legitimidade à discussão. Nesse sentido, já que concebemos a língua como um instrumento de interação social e buscamos respaldar nossa análise no uso efetivo de construções imperativas, optamos por uma abordagem que, além de cognitivista, pode ser entendida como funcionalista. Esse nosso entendimento é

reforçado pela definição de funcionalismo apresentada por Trask, a qual reproduzimos a seguir:

*Qualquer abordagem da estrutura linguística que dá importância aos propósitos para os quais a linguagem é empregada. Muitas abordagens da linguística se concentram nas características meramente estruturais das línguas, ignorando suas possíveis funções, e esse tratamento tem sido altamente compensador. Mas um grande número de linguistas têm preferido combinar a pesquisa da estrutura com a investigação da função; qualquer abordagem que segue esta última orientação é **funcionalista**.*

(2004, p. 120)

Como se nota, embora haja diferentes abordagens funcionalistas, existe também uma considerável unidade entre elas – a qual vai além de uma simples oposição ao formalismo.

Recorrendo ainda ao trabalho de Cunha, Oliveira & Martellota (2003, p. 29), destacamos que “a necessidade de investigar a sintaxe nos termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais”. Sendo assim, já que utilizamos fundamentação teórica de orientação cognitivista para analisar casos de pareamento entre forma e função, parece-nos apropriada a expressão *funcionalista-cognitivista* para caracterizar nossa análise.

3. IMPERATIVIDADE: UM FENÔMENO COGNITIVO

Ao adotarmos uma abordagem cognitivista neste estudo, assumimos a premissa de que os fenômenos linguísticos são reflexo do modo como o mundo é apreendido e experienciado pela espécie humana. Sendo assim, as construções imperativas passam a ser vistas não apenas como um importante recurso da interação entre enunciador e enunciatário, mas também como resultado da nossa capacidade de, partindo da experiência mais concreta e imediata, desenvolver categorias abstratas no âmbito da linguagem.

3.1. Apontamentos e atos de fala diretivos

Em nossa análise, tratamos as construções imperativas como artefatos simbólicos cujas origens são sociocognitivas. Amparados em estudos de Searle (1981, 1992 e 2012) e Tomasello (2003, 2008), defendemos que as construções imperativas atuam como uma espécie de “apontamento” revestido de uma força ilocucionária diretiva.

Segundo Tomasello (2003), é de uma infraestrutura desenvolvida na comunicação por apontamentos que surgem os de símbolos linguísticos, vistos como exemplos de “artefatos culturais”. Em seu trabalho, o estudioso sustenta que, quando o ato de apontar o dedo se converte em recurso comunicativo (por exemplo, quando se aponta para nuvens carregadas no intuito de indicar a possibilidade de chuva), o enunciador reconhece o enunciatário como um co-específico, cujas regras de raciocínio são semelhantes às dele e, portanto, é capaz de identificar o dedo apontado como “a

ponta do iceberg” (na metáfora de Fauconnier), a partir da qual o significado construído pelo enunciador deve ser reconstruído pelo enunciatário.

No caso específico das construções imperativas, se elas são “a ponta”, o “iceberg” é a condição de satisfação do enunciado, ou seja, esses artefatos simbólicos imperativos seriam a parte visível de um estado de coisas idealizado pelo falante. Por meio dessas construções, o enunciador espera que o enunciatário possa conceber mentalmente esse estado almejado, com vistas a sua efetiva realização.

O enunciado imperativo, porém, não é apenas um recurso utilizado para apontar um estado de coisas: por constituírem atos de fala diretivos, as construções imperativas são revestidas de uma força ilocucionária, direcionada para que o enunciatário cumpra a condição de satisfação do enunciado. Vejamos exemplos:

- (47) Comandante, esse caveira vai f* os nossos esquemas aqui no batalhão, p*. Mete na primeira operação, toma um tiro, uma bala perdida, um fogo amigo e pronto. Enterra com honras militares, p*.
(TE, 00:28:44)

- (48) Governador desse estado maravilhoso que é o Rio de Janeiro, atenção! (TE, 00:25:03)

Em (47), o personagem Rocha – policial corrupto em *Tropa de Elite 2* – manifesta seu receio diante do estado de coisas imediato: a chegada de um policial honesto no batalhão ameaçava os “esquemas” que se faziam por lá. Para modificar a situação, Rocha aponta um novo estado de coisas a seu interlocutor, valendo-se de um enunciado cuja força ilocucionária diretiva está marcada na forma verbal “mete”. A condição de satisfação do enunciado é que o comandante efetivamente designe o novo policial (o

“caveira”) para uma operação em que este pudesse ser assassinado sem levantar suspeitas.

Em (48), o personagem Fortunato, apresentando um programa policial no mesmo *Tropa de Elite 2*, dirige-se à câmera e simula uma interlocução com a figura do Governador do Rio de Janeiro. Fortunato, pressupondo um estado de coisas em que o governador pudesse mesmo escutá-lo, pretende instaurar um novo estado de coisas, no qual, por meio sobretudo do termo em destaque, passaria a contar com a audiência atenta do governador.

Tanto em (47) quanto em (48), os enunciadores usam artefatos simbólicos para intervir sobre os enunciatários. Por meio desses artefatos e considerando seus interlocutores como *seres mentais/intencionais iguais a eles mesmos* (TOMASELLO, 2003), cada interlocutor aponta para um estado de coisas que pretende estabelecer.

Nos termos de Searle (1981), tais atos de fala diretivos, por servirem a tal intento, estão revestidos de uma **força ilocucionária** voltada a promover a mudança desejada. Vale destacar que o mesmo termo FORÇA, não por acaso, nomeia também uma categoria cognitiva, associada à noção de MOVIMENTO e, por conseguinte, à de MUDANÇA.

3.1.1. Construções imperativas: conjunto de artefatos simbólicos

Assumindo o postulado de Tomasello (2003), segundo o qual as construções linguísticas são artefatos simbólicos, tomamos cada tipo de construção imperativa como um artefato utilizado para manifestar a imperatividade.

Para analisar essas construções, tomamos como base a proposta de Goldberg (1995), segundo a qual a construção é um par constituído por forma e significado, cujo sentido emana do todo – conforme afirmamos no capítulo 2. Por uma questão de método, porém, trataremos primeiramente da significação metafórica do enunciado imperativo para, em seguida, analisar as principais formas linguísticas que o veiculam.

Tomando então os enunciados imperativos como construções, tratamos cada uma delas como um artefato simbólico que, como tal, veio sendo constantemente reformulado em processos ontogenéticos (cf. TOMASELLO, 2003). Para isso, temos como base o *Princípio da não sinonímia* (cf. GOLDBERG, 1995): se duas construções são sintaticamente diferentes, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas.

3.2. A imperatividade como evento metaforicamente estruturado

Considerando a sociogênese das construções imperativas, defendemos que tais artefatos simbólicos têm suas bases assentadas na conceptualização das categorias MOVIMENTO e FORÇA. Vejamos estes exemplos:

(49) Por favor, me acompanhe. (RE, 00:15:23)

(50) Flávia, desliga esse telefone. (RE, 00:09:31)

(51) Noronha, você me perdoa, mas é que eu não falo com Otávio Saboya. É uma coisa pessoal. (RE, 00:08:45)

Em (49), a categoria MOVIMENTO se manifesta de modo mais evidente, já que a condição de satisfação do enunciado imperativo implica que o agonista-enunciatário desempenhe uma trajetória. Em (50), a ação de desligar o telefone, embora não

pressuponha deslocamento físico, também contém um componente de ordem física, corpórea, por implicar o movimento do braço que colocará o fone no gancho. Já em (51), porém, deparamo-nos de modo mais evidente com casos de estruturas metafóricas, pois o antagonista-enunciador estabelece como condição de satisfação que o agonista-enunciatário sofra uma mudança, passando de um ESTADO (o de “não perdão”) a outro (o de conceder seu perdão). Sendo assim, a condição de satisfação de (49) tem as categorias ESPAÇO e MOVIMENTO como domínios-fonte, de um lado, e as categorias ESTADO e MUDANÇA como domínios-alvo – considerando que ESTADOS SÃO ESPAÇOS e MUDANÇAS SÃO MOVIMENTOS (cf. LAKOFF, 1992).

Em um primeiro momento, portanto, pode parecer que alguns enunciados imperativos se constroem de modo mais literal, enquanto outros apresentam caráter mais metafórico. No entanto, para analisarmos efetivamente a imperatividade, devemos distinguir a condição de satisfação, que é sempre metafórica, da sua eventual materialização no mundo.

Ao comparar (49), (50) e (51), percebemos que, caso os agonistas cumpram efetivamente a condição imposta pelo antagonista, o resultado será um movimento – seja este mais físico ou mais abstrato. Entretanto, nesta análise, nosso foco não recai sobre o cumprimento da condição de satisfação, mas sim sobre o próprio estabelecimento da condição.

Desse modo, nosso interesse maior não está no movimento que o enunciado imperativo pode desencadear, mas na FORÇA que se aplica com vistas a provocar o movimento. Este pode ser mais literal ou mais metafórico, porém a FORÇA, tomada como categoria cognitiva, será sempre metafórica.

Para fundamentar tal relação entre FORÇA e IMPERATIVIDADE, podemos recorrer a uma importante constatação de Lakoff (1992), segundo a qual também os conceitos semânticos podem ser compreendidos por meio de conceptualizações metafóricas. No caso do conceito semântico imperatividade, entendido como uma aplicação de força de um antagonista sobre um agonista, é possível postular um evento metaforicamente estruturado: IMPERATIVIDADE É FORÇA.

3.2.1. Forças imperativas: proposta de tipologia

Analisando as construções imperativas de uma perspectiva cognitivista, constatamos que existe uma razoável regularidade entre elas. No enunciado imperativo, ao instaurar a condição de satisfação, o **antagonista-enunciador** imprime certa FORÇA sobre o **antagonista-enunciatário**, com vistas a causar, bloquear, permitir ou manter um MOVIMENTO.

Nessas construções, porém, não analisamos a resultante dessa aplicação de força, pois, no enunciado imperativo, identificamos uma dinâmica de forças em curso, inconclusa. Isso porque esses enunciados não são meros relatos sobre uma dinâmica de forças: eles são a própria força sendo aplicada. Dito de outro modo, o enunciado imperativo não informar se a força foi suficiente para modificar a tendência do agonista, uma vez que as construções mesmas são recursos pelos quais se dá a aplicação da força.

Sendo assim, estudando a imperatividade como categoria cognitiva metaforicamente estruturada, apropriamo-nos parcialmente do trabalho de Talmy (2000), dada a necessidade de considerar particularidades do fenômeno ora investigado. Por isso, em vez de tomarmos três fatores como primordiais na análise,

lidamos com dois apenas: a tendência intrínseca do agonista e o tipo de força exercido pelo antagonista, porque o balanço das forças não integra a semântica desses enunciados.

Considerando esses fatores, hipotetizamos a atuação de cinco diferentes forças imperativas: causal, bloqueadora, de permissão e de manutenção, propostas neste trabalho com base nas dinâmicas de Talmy (ver 2.3.2.1). Vejamos nestes exemplos a atuação de cada uma delas:

(52) Sorri! Você é rica, vai! (RE, 00:26:58)

(53) Oi, meu filho, não te abate não. (RE, 00:52:23)

(54) Acaba com ela então, depois limpa a bagunça. (TE, 01:27:53)

(55) Espera aqui, tá bom? (RE, 00: 17: 47)

Em (52), a condição de satisfação do enunciado é estipulada por uma força que se choca com a tendência do agonista-enunciatário: entendendo que ESTADOS SÃO ESPAÇOS e que MUDANÇA É MOVIMENTO, a FORÇA aplicada visa a promover um MOVIMENTO do agonista, que passaria de um estado de visível seriedade a um outro de aparente alegria. Por ser uma FORÇA cuja orientação parte do repouso rumo ao movimento, trata-se de uma força causal.

No exemplo (53), novamente ocorre um choque entre a FORÇA aplicada pelo antagonista-enunciador e a tendência do agonista-enunciatário: enquanto este tende ao MOVIMENTO – rumo a um ESTADO de abatimento –, aquele aplica uma FORÇA orientada para impedir que essa tendência se efetive, mantendo-o em repouso – em um ESTADO de não abatimento. Por ser uma FORÇA com orientação contrária à tendência de movimento, trata-se de uma força bloqueadora.

Com o enunciado (54), o líder de um grupo criminoso dá autorização para que um comparsa violento sexualmente uma jornalista, capturada enquanto os investigava. Nesse caso, o antagonista-enunciador remove um bloqueio, com vistas a permitir que o agonista-enunciatário siga sua tendência. Por ser uma FORÇA orientada em favor da tendência do agonista, trata-se de uma força de permissão.

Por fim, o ato de fala (55) se baseia no pressuposto de que o agonista-enunciatário poderia alterar sua tendência – no caso, da espera (portanto, repouso) ao movimento –, contra o que intervém o antagonista-enunciador. Por ser uma FORÇA orientada para manter a tendência do agonista, trata-se de uma força de manutenção.

De modo mais esquemático, as construções imperativas manifestam a semanticização das seguintes forças:

- e) o agonista-enunciatário tende ao repouso, porém o antagonista-enunciador aplica-lhe uma força direcionando-o ao movimento (**força causal**);
- f) o agonista-enunciatário tende ao movimento, porém o antagonista-enunciador aplica-lhe uma força direcionando-o ao repouso (**força bloqueadora**);
- g) o antagonista-enunciador remove aplica uma força para que agonista-enunciatário siga sua tendência, ao movimento ou ao repouso (**força de permissão**);
- h) o antagonista-enunciador aplica uma força para que agonista-enunciatário mantenha sua tendência, ao movimento ou ao repouso (**força de manutenção**).

Retomando o trabalho de Talmy (ver 2.3.2.1), podemos associar cada uma dessas forças a uma das dinâmicas previstas por ele. Se a condição de satisfação do enunciado se efetiva, a força causal estabelecerá a dinâmica causação; a força bloqueadora, a

dinâmica bloqueio; a força de permissão, a dinâmica permissão; a força de manutenção, a dinâmica manutenção.

3.2.1.1. Forças imperativas prototípicas: a causação direta

Ainda relacionando forças e dinâmicas, recorremos a Silva, cujo trabalho distingue os casos em que a dinâmica de forças promove a **causação mais direta** (quando ocorre choque) de outros em que a dinâmica perfila uma **causação mais indireta** (quando não há choque) – ver 2.3.2.1. Apropriando-nos dessa sua reflexão, podemos dizer que as forças causal e bloqueadora se aproximam da causação mais direta, já que nesses casos há um choque direto entre a força aplicada pelo antagonista e tendência do agonista. Nas demais, temos a causação indireta, seja porque a força está em conformidade com a tendência do agonista (da manutenção), seja porque ela não recai diretamente sobre ele (caso da permissão, em que a força atua na remoção do bloqueio).

Considerando nossos dados em termos quantitativos, podemos afirmar que predominam na imperatividade os casos de causação direta: são 468 ocorrências de um total de 474 (98,7%). Entre essas, a causação propriamente dita é predominante, com 86,1% das ocorrências – contra 12,6% de aplicações da força bloqueadora.

Os casos de causação indireta, embora integrem o rol das possibilidades semânticas imperativas, mostraram-se estatisticamente pouco relevantes em nosso *corpus*, com apenas uma ocorrência de cada tipo de força – as frases 54 e 55, com que exemplificamos, respectivamente, a força de permissão e a de manutenção.

Essa frequência quase nula limita reflexões mais amplas sobre ambas as forças, mas, ao mesmo tempo, impõe questionamentos: haverá outras estratégias, não mapeáveis em formas linguísticas, por meio das quais os falantes aplicam forças de permissão e manutenção sobre seus enunciatários, ou será apenas que, por alguma razão sociocultural, esses eventos são mesmo mais raros?

Para análises futuras que optem por investigar mais detalhadamente a força de permissão, parece conveniente destacar usos do verbo “poder”. No estudo ora apresentado, chegamos a levantar quatro ocorrências em que esse verbo foi usado para aplicar tal força; no entanto, por privilegiar a causação direta, optamos por não nos ater mais detidamente sobre tais casos.

3.3. Formas linguísticas nas construções imperativas

A imperatividade não se manifesta de modo homogêneo. Além da diversidade entre as forças aplicadas, há também uma variedade de formas linguísticas que constituem enunciados imperativos, levando-nos a concluir que são múltiplas as construções (*i.e.*, os pareamentos entre forma e significado) imperativas identificadas em nossa análise.

Considerando o evento metaforicamente estruturado IMPERATIVIDADE É FORÇA, buscamos agora descrever como as formas linguísticas são utilizadas por um enunciador-antagonista que imprime determinada força sobre um enunciatário-agonista. Esse estudo implica analisar nos enunciados como se expressam estes quatro elementos, inerentes à imperatividade:

- a) a aplicação da força imperativa;
- b) o tipo de força aplicada;
- c) a representação do agonista;
- d) a representação do antagonista.

Nesse sentido, portanto, analisamos o que Castilho considera uma “articulação dos processos e dos produtos linguísticos captados pelos sistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática” (2010: 78). Isso porque, ao estudarmos as formas linguísticas imperativas, defendemos estar diante de produtos, por meio dos quais podemos identificar aspectos dos processos que os desencadearam.

Com isso, nosso estudo parece contribuir para a confirmação do postulado multissistêmico de que “a língua se fundamenta num aparato cognitivo” (Castilho, 2010: 69), uma vez que as formas imperativas são uma espécie de manifestação linguística de categorias cognitivas, com destaque para FORÇA e MOVIMENTO.

Defendemos, em suma, que processos de semanticização, gramaticalização, lexicalização e discursivização tornam possível a um enunciador-antagonista aplicar determinada FORÇA sobre um enunciatário-agonista. É disso que tratamos a seguir.

3.3.1. Formas verbais de 2ª pessoa

Conforme adiantamos em 1.2.2.1., não nos interessa distinguir aqui as formas imperativas do indicativo e do subjuntivo. Entre os motivos apresentados, já destacamos a baixa ocorrência de formas subjuntivas em nosso *corpus* (5,9%) – tanto em *Tropa de Elite 2* (6,6%) quanto em *Redentor* (5,0%).

Outro motivo que pode ser agora apresentado, ainda como justificativa para tratarmos as diferentes flexões como um conjunto uniforme, diz respeito à expressão formal da FORÇA nesses enunciados, ativada mais pela sintaxe que pela morfologia, conforme veremos a seguir.

3.3.1.1. Aplicação de FORÇA em formas verbais de 2ª pessoa

Entre 355 formas verbais imperativas de segunda pessoa encontradas em nosso *corpus*, 94% são as que tradicionalmente se classificam como segunda pessoa gramatical, teoricamente associadas ao pronome “tu”. Como apontamos em trabalho anterior (BRAGA, 2008), tais formas coincidem com as da terceira pessoa do singular do modo indicativo, as quais, no tratamento ao interlocutor, associam-se ao pronome “você”.

Essa coincidência morfológica, no entanto, não impede que identifiquemos com bastante segurança quais são as formas com que um antagonista-enunciador aplica determinada força sobre um agonista-enunciatário. Uma das razões importantes para que isso aconteça, segundo nossa análise sobre os dados, é a configuração sintática da construção, que é determinante na constituição da imperatividade. Seguem exemplos:

- (56) Vem pra cá. (RE, 00: 16: 15)
- (57) Sai da pontinha, se não não vou ligar. (RE, 00: 16: 16)
- (58) Fica à vontade, a casa é de vocês. (RE, 00: 19: 43)
- (59) Desculpe, mas isso não tem nenhuma chance. (RE, 00: 22: 24)
- (60) Avisa quando ele sair, ok? (TE, 00: 02: 25)
- (61) Manda o Nascimento ganhar tempo. (TE, 00: 15: 33)
- (62) Larga o aço, senta o dedo! (TE, 00: 26: 32)

(63) Dá um saco de bombom pro vagabundo. (TE, 00: 56: 34)

(64) Manda rosa pro vagabundo. (TE, 00: 56: 34)

Nos exemplos (56) a (64), as orações são encabeçadas pela forma verbal imperativa, o que ocorre em 68,4% dos casos levantados – uma frequência que se dá de modo bastante homogêneo no *corpus*, sendo 68,4% das formas em *Tropa de Elite 2* e 68,5% das formas em *Redentor*.

Nos casos em que a oração não é rigorosamente iniciada pela forma verbal, é incomum que um termo argumental ocupe essa posição. São casos como estes:

(65) Você vai! Vai porque eu estou mandando você ir! (RE, 00: 14: 36)

(66) Você não olha agora, mas o filho da p* está entrando por ali. (TE, 00:23:57)

(67) Me dá aqui. (RE, 01: 16: 42)

(68) Me solta aqui! (RE, 01: 25: 16)

(69) Me traz um café por favor. (TE, 00: 36: 07)

(70) Se infiltra lá. (TE, 01: 23: 10)

(71) Me dá a chave. (TE, 01: 27: 25)

Casos assim, em que um argumento inicia a oração, somam 6,4% das ocorrências. Entretanto, ainda nesse grupo reduzido, uma parte considerável dos casos são pronomes proclíticos (4,7% do total de ocorrências), que não deixam de constituir uma unidade com o verbo.

Os casos em que um termo não argumental inicia a oração somam 25% das ocorrências. Seguem exemplos:

- (72) Soninha, pega água pro seu pai, meu anjo. (RE, 00: 22: 09)
- (73) Meu filho, escuta o que eu vou te dizer. (RE, 00: 56: 59)
- (74) Ô Rafa, faz um favor. (TE, 01: 00: 48)
- (75) Aranha, canta aí. (TE, 01: 25: 12)
- (76) Por favor, me acompanhe. (RE, 00: 15: 23)
- (77) Não brinca... (RE, 00: 18: 20)
- (78) Não venha você me falar em proteger o batalhão. (TE, 00:32:19)

Uma parte considerável desses termos não argumentais em início de oração são vocativos (16,3% dos casos), cujo papel é mais discursivo que sintático – como nos exemplos (72) a (75). Em sua gramática da língua portuguesa, Azeredo afirma que “o vocativo não pertence à estrutura da oração. À semelhança do que se passa com as interjeições, a entoação o individualiza na cadeia da fala” (2012, p. 76).

Os casos restantes são adjuntos (8,7%) que não deixam de formar um tipo de unidade com o verbo – seja por se tratar de modalizadores, como no exemplo (76), seja por integrar o chamado *imperativo negativo*, como em (77) e (78).

Se consideramos essas ressalvas e entendemos que argumentos proclíticos, vocativos e adjuntos não chegam a substituir a forma verbal no início na sentença, podemos considerar que a estrutura argumental dessas orações imperativas é iniciada pelo verbo em 98,3% dos casos, o que permite estipular a seguinte regra prototípica de gramaticalização: nas construções prototípicas com formas verbais imperativas de segunda pessoa, a aplicação da força é gramaticalizada em função da posição do verbo, que ocupa o início da sentença, podendo ser antecedido por termos não argumentais ou por argumentos clíticos.

Portanto, defendemos que o processo de gramaticalização é decisivo para, com essas formas verbais, ocorrer aplicação de força por meio de um enunciado imperativo, já que, além da própria flexão verbal, existe ainda uma ordenação sintática responsável por marcar a imperatividade.

3.3.1.2. Forças de choque nas construções com formas verbais de 2ª pessoa

Como vimos acima (3.2.1.1.), predominam nos enunciados imperativos de modo geral as forças diretas, ou seja, as que se chocam contra a tendência do agonista. Nas formas de segunda pessoa, isso ocorre em 99,4% dos enunciados. É o que se dá nestes enunciados:

- (79) Veste o colete, Fraga. (TE, 00:16:22)
- (80) Combata o tráfico imediatamente. (TE, 00:26:58)
- (81) Rapé, molha ele. (TE, 00:12:06)
- (82) Aioelha. (RE, 00: 04: 24)
- (83) Pai, por favor, compra. (RE, 00:11:33)
- (84) (...) pega aqueles papeis que tão lá na gaveta. (RE, 01: 11:11)

Considerando que a aplicação de forças diretas é praticamente categórica (99,4%) nas imperativas de 2ª pessoa, a condição de satisfação, invariavelmente, exigirá do enunciatário-antagonista uma mudança de curso – nos exemplos acima, sempre rumo ao movimento. Nesse sentido, chega a ser um tanto previsível o predomínio de verbos que atribuem ao argumento externo as propriedades [+ agentividade] e [+ controle].

No entanto, convém lembrar que as construções, tidas como um pareamento entre forma e significado (*cf.* GOLDBERG, 1995), semanticizam sentidos por si mesmas.

No caso das construções que analisamos, a força imperativa é semanticizada sem depender necessariamente do significado da forma verbal. Isso torna possível, portanto, a semanticização da agentividade e do controle como contribuição da própria construção, mesmo quando as formas verbais, ao contrário do que vemos nos exemplos (79) a (84), não representam ações concretas e controláveis. É o que temos nestes dois exemplos:

(85) Confia, Beirada, acabou! (TE, 00:19:02)

(86) O cara tá no controle da situação. Fica tranquilo. (TE, 00:18:06)

Tomando “confiar” como “acreditar na sinceridade”, não se trataria de um evento em que se manifestasse agentividade ou mesmo controle, mas sim de um processo mental de nível mais abstrato e resultante da avaliação do sujeito sobre certo estado de coisas. Em (85), porém, integrando uma construção imperativa, o mesmo verbo passa a pressupor um argumento externo que detém o controle sobre suas crenças, tornando-se, ainda que metaforicamente, um potencial agente para implementar a condição de satisfação. Em (86), ocorre fenômeno semelhante: em tese, a tranquilidade é também um estado mental que, via de regra, não pode facilmente ser controlado. Na construção imperativa, contudo, “ficar tranquilo” passa a ser um evento passível de controle por um enunciatário-agonista, que se torna um agente em potencial.

Nossa conclusão sobre os enunciados (85) e (86), portanto, é a de que, embora certos itens lexicais pressuponham a atuação de um antagonista, a própria construção imperativa é capaz de semanticizar as noções agentividade e controle.

Os próximos enunciados servem de suporte para outra conclusão importante no que diz respeito às forças imperativas, especialmente à sua orientação. Veremos que, embora haja um predomínio quantitativo da força causal (87,3%) nessas construções, a própria ocorrência de enunciados de força imperativa bloqueadora (12,1%) já é indício de que a construção em si não interfere na orientação da força. Seguem os exemplos:

Para refletir sobre isso, vejamos os enunciados (87) a (89), nos quais a orientação ao repouso é ativada por meio da lexicalização:

(87) Não atira, p*! (TE, 00:18:33)

(88) Você afasta as pessoas, Beto. Não faz isso com seu filho. (TE, 01:19:13)

(89) Você não olha agora, mas o filho da p* está entrando por ali. (TE, 00:23:57)

Nos exemplos (87) a (89), ocorre o que a tradição gramatical nomeia como *imperativo negativo*. Nos três exemplos, a forma verbal expressa o que o antagonista supõe ser a tendência do agonista (“atirar” em 87; “fazer isso” em 88; “olhar” em 89); o item adverbial “não”, contudo, atua para imprimir o choque contra a tendência. São enunciados em que o enunciador-antagonista, considerando a tendência de agir do agonista, imprime uma força para impedi-lo. Em (89), por exemplo, o enunciador pressupõe que o enunciatário, ao saber da entrada de Capitão Nascimento no restaurante em que estavam, iria virar-se para olhá-lo. Antevendo esse estado de coisas, o enunciador-antagonista se vale do enunciado “Você não olhe agora” para imprimir uma força imperativa bloqueadora, mantendo o enunciatário-agonista em repouso.

Não podemos concluir, entretanto, que há uma coincidência categórica entre “imperativo negativo” e força imperativa bloqueadora. Vejamos:

(90) Não para na frente dele não. (TE, 00:33:54)

Em (94), o personagem Nascimento orienta seu filho durante um treino de judô. Como o enunciatário-agonista se manteve em repouso, o enunciador-antagonista aplicou-lhe uma força imperativa causal, para desencadear movimento. A negação, portanto, pode ser tanto bloqueadora – como nos exemplos (87) a (89) – quanto causal – como em (94).

A lexicalização da força imperativa bloqueadora não se dá apenas por meio de advérbios de negação. Existem ainda certas formas verbais que lexicalizam a noção de bloqueio, como estas:

(91) Flávia, desliga esse telefone. (RE, 00: 09: 31)

(92) Cala a tua boca, maconheiro. (TE, 00:40:11)

(93) Larga o refém. (TE, 00:18:40)

Em (91), o prefixo “des-” estabelece o choque contra a tendência do agonista, a qual seria manter-se falando ao telefone. Pode-se dizer então que o bloqueio aplicado pela força imperativa se deve, nesse contexto, a um item lexical.

Nos exemplos (92) e (93), são empregadas formas verbais que pressupõem um choque contra ações que lhes são contrárias: é inerente a “calar” o confronto com “falar”, tal como a “largar” é inerente o confronto com “segurar”. Desse modo, são novamente os próprios itens lexicais que expressam o bloqueio aplicado pela força imperativa.

Além da lexicalização, também a discursivização pode atuar para definir a orientação da força imperativa. É o que se pode verificar com os exemplos (94) a (96):

(94) Abaixa essa arma, rapaz. (TE, 01:35:08)

A forma verbal “abaixar”, ao contrário de “calar” ou “largar”, não lexicaliza uma força de orientação específica. Por isso, para compreender seu uso, é fundamental recorrer à moldura em que a forma verbal se insere. Em (94), a frase é dita por um político, abordado pelo Comandante Nascimento em uma blitz. Assustado com a arma apontada para si, o parlamentar imprime uma força sobre o policial, almejando bloquear tal movimento e, portanto, levar o agonista ao repouso.

O enunciado (94) mostra que a moldura em que o discurso é produzido pode atuar de modo decisivo na orientação da força imperativa. Nesse exemplo, é o processo sociocognitivo da discursivização que define a aplicação da força bloqueadora.

Os exemplos (95) e (96) explicitam ainda mais a importância da moldura, uma vez que, em cada uma delas, a mesma forma verbal (“solta”) é utilizada para aplicar forças de orientação oposta. Analisemos:

(95) Me larga, c*! Solta! Solta, p*! (RE, 01:21:45)

(96) Me solta aqui, vamô! (RE, 01: 25:14)

O enunciado (95) ocorre em uma cena em que o personagem Tonelada, capanga de Célio, carrega Sônia nas costas, contra a vontade dela. A moça, tentando bloquear esse movimento, imprime uma força imperativa por meio da forma verbal “solta”. É o que está ilustrado na imagem abaixo, reprodução da cena em que o enunciado é proferido.

Imagem 1 – Tonelada carrega Sônia à força (reprodução da tela)

Já no enunciado (96), Sônia está amarrada e aparecem desconhecidos, que poderiam ajudá-la. Para que os enunciatários-agonistas a desamarrem, a prisioneira atua como enunciadora-antagonista e lhes aplica uma força imperativa causal, visando movê-los à ação. É o que ilustra a imagem seguinte:

Imagem 2 – Sônia pede a desconhecidos que a libertem (reprodução da tela)

Em (95) e (96), a enunciadora-antagonista faz uso da mesma forma verbal. No entanto, a moldura – entendida por Castilho como “um dos processos de ativação do discurso” (2010: 136) – em que cada enunciado se insere é decisiva para determinar a orientação da força aplicada – respectivamente, ao repouso (imperativa bloqueadora) e ao movimento (imperativa causal).

Considerando os enunciados analisados neste subcapítulo, podemos afirmar de modo sintético que, com as formas verbais da segunda pessoa, a aplicação da força imperativa se deve principalmente à gramaticalização desses enunciados. A orientação da força aplicada, porém, deve-se mais decisivamente a processos sociocognitivos de lexicalização e discursivização, que atuam de forma integrada – embora, nos diferentes enunciados, a atuação de cada um pode se evidenciar de modo distinto.

3.3.1.3. Representação do agonista nas formas verbais de 2ª pessoa

Nos enunciados imperativos com formas verbais da 2ª pessoa, há uma tendência a se gramaticalizar o enunciador-agonista, expresso apenas por meio da própria flexão verbal. Em 70,4% dos enunciados, encontramos casos como estes:

- (97) Toma. (TE, 00:09:44)
- (98) Vai com calma aí. (TE, 00:17:15)
- (99) Pede para o Capitão entrar. (TE, 00:29:14)
- (100) Publica essa foto. (RE, 00:28:22)
- (101) Ouve bem, essa é a nossa chance. (RE, 00:56:39)
- (102) Me traga uma café (TE, 00:36:04)
- (103) Venha matar a pessoa que está viva! (RE, 01:01:25)

Seja nos exemplos com as formas imperativas do indicativo – (97) a (101) –, seja nos exemplos com as do subjuntivo – (102) e (103) –, ocorre um processo de gramaticalização da construção imperativa de segunda pessoa (*cf.* 3.3.1.1.), o qual implica a aplicação de força sobre o enunciatário-agonista, expresso por meio da flexão verbal.

O enunciado (97) torna isso mais evidente, uma vez que, na moldura em que se insere, a forma verbal por si só é capaz de imprimir a força imperativa. Os demais enunciados – (98) a (103) –, embora apresentem mais material linguístico, também tem sua imperatividade gramaticalizada nessa espécie de estrutura mínima da construção.

Existem ainda em nosso *corpus*, porém, enunciados nos quais o enunciatário-agonista é explicitado por meio de um item lexical. Nesses casos, que totalizam 29,6% das construções com formas de 2ª pessoa, o agonista pode assumir a função de vocativo (91,4%) ou de sujeito (8,6%). São enunciados como os que seguem:

(104) Pai, por favor, compra. (RE, 00:11:36)

(105) Renata, me encaminha o relatório, por favor. (TE, 00:27:53)

(106) Calma, tia, põe eles no meu quarto, tá? (RE, 00:10:14)

(107) Olha pra frente, Célio. (RE, 00:16:19)

(108) Faz isso, Beirada. (TE, 00:17:23)

(109) Queixada, fica mais fechadinho. Abre, imperador. (TE, 00:24:54)

Os exemplos (104) a (109) têm em comum a lexicalização do agonista em um nome, que desempenha a função de vocativo. No entanto, os efeitos de cada um desses usos variam. Sobre o tema, Carvalho (2000) analisou a polifuncionalidade do vocativo, elencando distintas funções discursivas – não excludentes – que esse termo pode desempenhar: a) apelo, chamamento; b) abertura, preparação conversacional; c) manutenção/ reforço do contato; d) encerramento do turno.

Essas funções tendem a se associar à posição do vocativo. Quando marcador da abertura do turno, ocupa o início do enunciado – como em (104) e (105). Para encerrar o turno, ocupa o final do enunciado – como em (107) e (108). Essas duas funções não

excluem a de manter ou reforçar o contato, no entanto essa função se explicita de modo mais evidente em exemplos como (106), em que o vocativo está no meio do enunciado.

Às possibilidades descritas por Carvalho, propomos acrescentar mais uma: o direcionamento do enunciado. Nos enunciados imperativos, pode-se identificar uma função dêitica do vocativo, pois este é responsável por selecionar o agonista em meio a um conjunto maior. É o que ocorre em (109): o apresentador de um programa televisivo dá diferentes orientações a cada um de seus câmeras e faz uso do vocativo para especificar cada destinatário.

Em sua análise, Carvalho não deixa de relacionar o uso de vocativos ao que chama de “relações sociais”. Vemos isso, por exemplo, em (104) e (106), na explicitação de relações de parentesco; ou em (108) e (109), em que os apelidos conferem um caráter informal à interlocução.

Nos casos em que o enunciatário-agonista funciona como sujeito da forma imperativa em nosso *corpus*, invariavelmente ele se lexicalizou como pronome, configurando uma regra categórica. Seguem exemplos:

(110) Você pensa bem, pensa bem. No domingo eu volto. (RE, 00:57:19)

(111) Não venha você me falar em proteger o batalhão. (TE, 00:32:19)

(112) Venha você matar a pessoa que está viva! (RE, 01:01:30)

Apropriando-nos da reflexão de Carvalho (2000) sobre o vocativo, parece-nos possível afirmar que a explicitação do enunciatário-agonista como sujeito também é um recurso para promover a manutenção ou o reforço do contato, em diferentes níveis.

Em (110), Otávio é o enunciador-antagonista e pretende convencer Célio, o enunciatário-agonista, a contribuir com um esquema de corrupção. Tendo em vista que Célio está reticente, Otávio maneja recursos linguísticos que propiciem a manutenção do contato, como parece ser o caso do pronome “você”.

Para compreender com mais precisão o enunciado (111), é preciso ter em mente a seguinte moldura: os personagens Comandante Nascimento e André estão discutindo medidas para fortalecer o BOPE, batalhão de que fazem parte, e, a certa altura, André coloca em xeque o comprometimento do comandante com o batalhão. É nesse momento que Nascimento responde, sugerindo estar mais apto para falar em nome do BOPE do que André, seu interlocutor. Considerando essa moldura, pode-se afirmar que a lexicalização do enunciatário-agonista na forma pronominal reforça o contraste “eu vs. você” do enunciado.

Para analisar o exemplo (112), convém considerar a semelhança entre esse enunciado e o que constitui nosso exemplo (103), proferido na mesma cena, apenas cinco segundos antes, pelo mesmo enunciador-antagonista e destinado ao mesmo enunciatário-agonista. Na cena, Célio se dirige a Deus, indignado pelo que julga serem injustiças, e desafia a divindade. Apenas no segundo enunciado ocorre a lexicalização pronominal do agonista, o que faz pensar que se trata de um reforço que se imprime no contato entre os interlocutores à medida que se intensifica a própria ação dramatizada.

Em suma, podemos afirmar que as construções imperativas com formas verbais de 2ª pessoa apresentam uma estrutura mínima, que já é suficiente para expressar a aplicação de força de um antagonista sobre um agonista – o que o enunciado (97) exemplifica. Isso não impede, porém, a lexicalização do agonista, a qual estará relacionada a um rol de funções discursivas não excludentes.

Essa mesma noção de estrutura mínima orienta também nossa análise sobre a representação do antagonista, de que tratamos a seguir.

3.3.1.4. Representação do antagonista nas formas verbais de 2ª pessoa

A representação do antagonista nesses enunciados se dá, em princípio, de modo semelhante à do agonista, já que nem enunciador nem enunciatário tendem a ser expressos por um item lexical específico. No entanto, ao contrário do que ocorre com o enunciatário-agonista, não se pode dizer que o enunciador-antagonista esteja gramaticalizado na flexão verbal, já que esta não contém qualquer marca referente à primeira pessoa do discurso. Seguem alguns exemplos:

(113) Fotografa! (RE, 00:15:45)

(114) Não brinca... (RE, 00:18:20)

(115) Senta. (TE, 00:11:22)

(116) Vou te fazer relaxar, confia em mim. (TE, 01:01:25)

(117) Me dá a capa então. (TE, 01:23:13)

(118) Meu Deus, me tira daqui... (RE, 00:52:38)

Nos exemplos (113) a (115), está claro que os enunciados imperativos não explicitam formalmente o enunciador-antagonista. Sua expressão se dá porque a imperatividade pressupõe um enunciador que aplica determinada força, logo, ao se gramaticalizar a construção imperativa, automaticamente se instaura uma moldura da qual o antagonista faz parte. Nos termos de Fiorin, pode-se afirmar que o antagonista só é discursivizado porque

O eu existe por oposição ao tu e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papeis eu/tu.

(FIORIN, 2008: 41)

Como o enunciado imperativo pressupõe o diálogo, pode-se afirmar que ocorre nele uma debreagem enunciativa, ou seja, “se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*)” (FIORIN, 2008: 43). Assim, mesmo que não seja lexicalizado, o enunciador-antagonista está discursivizado nesses enunciados.

Já os exemplos (116) a (118) poderiam provocar dúvida: em (116), o sintagma preposicionado “em mim” se refere ao enunciador; em (117) e (118), o pronome de primeira pessoa “me” também expressa o enunciador em seu enunciado. Entretanto, convém lembrar a distinção entre a condição de satisfação, sempre inconclusa, e sua eventual efetivação, que foge ao escopo desta tese.

Tendo em conta que a aplicação da força imperativa instaura uma condição de satisfação, pode-se perceber que, nos três enunciados, as formas linguísticas de primeira pessoa, embora coincidam com o enunciador, referem-se a um virtual participante do estado de coisas idealizado. Em (116), “em mim” lexicaliza aquele que será alvo da confiança caso o novo estado de coisas se implemente; em (117), “me” expressa quem receberá a capa e, em (118), o mesmo pronome indica quem será removido de determinado lugar, caso a condição de satisfação se efetive.

Seguindo com o foco na aplicação de forças e não na condição de satisfação, podemos afirmar que as construções imperativas com formas verbais da segunda pessoa não possibilitam a expressão lexical do enunciador-antagonista. Nesses casos, sua participação na aplicação da força está mais relacionada ao processo da

discursivização, já que o enunciador-agonista é próprio da moldura estabelecida pela própria imperatividade.

3.3.2. Verbo “ir” na 1ª pessoa do plural

Gramáticas descritivas e dicionários, quando tratam da imperatividade, apresentam um paradigma de flexão verbal, com as formas correspondentes a cada pessoa, do singular e do plural (com exceção à primeira pessoa do singular). Apesar disso, a busca por formas verbais imperativas em nosso *corpus* revelou outra configuração: além do amplo predomínio de formas imperativas originárias do indicativo (87% das formas verbais imperativas), a 1ª pessoa do plural se manifestou categoricamente na forma “vamos”.

Essa constatação de que a imperatividade se associa tão fortemente ao verbo “ir” é mais um indicador de que a conceptualização da imperatividade remonta à conceptualização da própria categoria MOVIMENTO, do que tratamos a seguir.

3.3.2.1. Aplicação de FORÇA com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural

Para analisar essas construções imperativas com o verbo “ir”, podemos repetir em parte o que dissemos sobre a gramaticalização das construções imperativas com formas da 2ª pessoa. Também com as formas de 1ª pessoa do plural o processo de gramaticalização é decisivo para ocorrer aplicação de força, já que, além da própria flexão verbal, a ordenação sintática é responsável por marcar a imperatividade: nos enunciados de nosso *corpus*, também com essa construção o verbo ocupa a posição inicial da sentença – nos mesmos termos considerados em 3.3.1.1.

Para detalhar melhor a aplicação de força nesses enunciados, seguem estes exemplos:

(119) Vamos, Celeste, rápido! (RE, 00:07:27)

(120) O Dr. Otávio está esperando lá em cima. Vamos, senhora. (RE, 01:22:57)

(121) Agora vamo lá no terceiro. Vamo pegar aquele filho da p* lá! (TE, 00:12:24)

(122) Vamos manter o silêncio. (TE, 01:44:48)

Em cada um dos enunciados acima, a forma verbal “vamos” (e sua alomorfe “vamo”) manifesta a proximidade que há entre imperatividade e movimento. Isso é mais evidente em (119) e (120), enunciados em que o enunciador-antagonista aplica uma força imperativa causal para que o enunciatário-agonista literalmente se mova de um espaço a outro.

Já no exemplo (121), a interpretação não é tão unívoca: tanto é possível entender que “vamo” expressa literalmente movimento (sendo uma repetição de “vamo lá no terceiro”), quanto conferir à forma um valor exortativo mais abstrato, tomando-a como verbo auxiliar que ativa a imperatividade na locução “vamo pegar”.

Em (122), ao contrário do que ocorre nos demais exemplos, a mesma forma deixa de expressar movimento literal: “vamos” não se refere a uma trajetória no espaço, mas a uma mudança de estado – do barulho ao silêncio. É a metáfora MUDANÇA É MOVIMENTO que agora justifica o uso do verbo “ir”.

Tratando da polissemia de “ir”, Martelotta (2011) afirma que tal verbo se gramaticalizou em Português em um processo de mudança linguística “passo a passo”.

Aplicando essa hipótese aos enunciados imperativos acima, seria possível afirmar que enunciados como (121) permitem uma reanálise: dada a polissemia, o significado literal de movimento físico (algo como “Vamo [lá no terceiro] pegar aquele filho da p*”) se desativa e os falantes passam a interpretar o verbo como auxiliar (algo parafraseável por “Peguemos”). Com isso, o verbo “ir” passaria a atuar como auxiliar em contextos nos quais efetivamente não se trata de um movimento literal – como ocorre no enunciado (122).

Em nossa análise, entretanto, optamos pela orientação multissistêmica, segundo a qual a língua é um sistema complexo, marcado pela pancronia – entendida como a coexistência de usos de diferentes épocas –, no qual as potencialidades gramaticais, semânticas, lexicais e discursivas não seguem uma única e previsível direção – contrariando assim o princípio da unidirecionalidade (*cf.* HEINE *et al.*, 1991).

Relacionando essa abordagem sobre a língua com os enunciados em questão, é forçoso lembrar que a própria conceptualização da imperatividade está diretamente associada a uma metaforização da categoria cognitiva MOVIMENTO – uma vez que o enunciador-antagonista aplica uma força sobre o enunciatário-agonista, orientada ao movimento ou à cessação de movimento. Nesse sentido, a mesma categoria MOVIMENTO que se ativa na forma verbal em (122) está ativa também em (119), sem que haja a necessidade de que um “passo” leve a outro.

Em nossa proposta, portanto, a forma verbal “vamos” é utilizada como imperativa para aplicar uma força que tenha como condição de satisfação o movimento do agonista – seja de modo literal, como em (119), seja de modo figurado, como em (122). Em ambos os casos, reiteramos que a aplicação de força do antagonista sobre o

agonista, compreendida como o estabelecimento de uma condição de satisfação, é sempre metafórica (cf. 3.2) e resultado da gramaticalização de uma construção imperativa.

3.3.2.2. Forças de choque nas construções com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural

Com tais formas imperativas da 1ª pessoa do plural, é categórica a aplicação de forças causais diretas. Em todos os enunciados coletados, consideramos que “ir” tem como significado de base a noção de “deslocar-se por uma trajetória”. O que varia, como mostram estes exemplos, é a orientação do deslocamento:

(123) Vamos subir! (RE, 01:22:07)

(124) Chega de morte nessa m*! Vamo acabar! (TE, 00:17:53)

Em (123), Célio chama moradores de uma favela para subirem até o terraço de uma construção em que trabalharam, para receberem um pagamento. Nesse caso, aplica-se uma força imperativa causal, orientando ao movimento um agonista que permanecia em repouso.

Já em (124), o personagem Fraga negocia com detentos para encerrar a rebelião no presídio. Assim, a força aplicada pelo enunciador-antagonista é orientada não mais ao movimento, mas ao repouso. Trata-se, logo, de uma força imperativa bloqueadora.

No primeiro caso, o próprio item lexical “subir”, por expressar um movimento literal, favorece a orientação da força aplicada – do repouso ao movimento. É um caso de lexicalização da orientação causal. No outro enunciado, diferentemente do primeiro,

a moldura é decisiva na orientação – do movimento ao repouso. Destaca-se assim a discursivização da orientação bloqueadora.

Tendo em mente que os diferentes subsistemas que compõem o fenômeno linguístico atuam simultaneamente, não se deve concluir que ora a orientação da força é lexicalizada, ora é discursivizada. Antes, trata-se de subsistemas que se somam, com a diferença de que a atuação de cada um deles se manifesta de modo mais evidente nos distintos enunciados.

3.3.2.3. Representação de antagonista e agonista com verbo “ir” na 1ª pessoa do plural

No caso dessas construções com a 1ª pessoa do plural, optamos por uma única seção para abordar a expressão de antagonista e agonista, pois estão ambos representados na mesma desinência verbal: “-mos”.

Em princípio, parece se tratar de casos em que o enunciador-antagonista imprime uma força sobre o enunciatário-agonista para que ambos instaurem juntos dado estado de coisas. Os exemplos a seguir são coerentes com esta hipótese:

(125) Isso, vem cá. Vamos lá pra dentro. (RE, 00:16:17)

(126) Vamo deixar eles entrarem. (TE, 00:14:02)

Em (125), o personagem Célio chama Otávio para que ambos entrem em uma sala. Em (126), Capitão Nascimento participa com Matias de uma operação e indica que ambos devem concordar com a entrada de um negociador no presídio. Assim, tanto em (125) quanto em (126), antagonista e agonista devem atuar para que se implemente o estado de coisas apontado.

Curiosamente, porém, são recorrentes os casos em que a 1ª pessoa não inclui de fato o enunciador-antagonista como participante da condição de satisfação. São enunciados como estes:

(127) Nascimento, vamos lidar com esse problema de maneira impessoal, tudo bem? (TE, 00:15:57)

(128) Senhores, vamos manter o silêncio para garantir a palavra do depoente. (TE, 01:45:00)

(129) Senhores, vamos sentar, por favor. (RE, 00:33:08)

No enunciado (127), o personagem Fraga manifesta o receio de que desavenças pessoais entre ele e Capitão Nascimento interfiram no desenrolar da negociação com detentos revoltosos. Fraga, portanto, já está disposto a tratar o problema de modo impessoal. Desse modo, apenas Nascimento deve ser movido da pessoalidade à impessoalidade, logo apenas sobre ele se aplica a força imperativa causal.

O mesmo Fraga, em (128), preside uma plenária, na qual o alvoroço dos demais deputados impede o depoente de seguir com a palavra. Mais uma vez, embora seja utilizada a 1ª pessoa, o cumprimento da condição de satisfação não depende da atuação do enunciador-antagonista.

Entre todos os enunciados coletados, sem dúvida o exemplo (129) é o que melhor representa esse uso incomum da 1ª pessoa. Apesar de o enunciador-agonista estar incluído na forma linguística em “vamos sentar”, a imagem abaixo ilustra a impossibilidade de que ele participe da instauração do estado de coisas apontado pelo enunciado:

Imagem 3 – Assessor do ministério se dirige à comitiva (reprodução da tela)

Na cena, o personagem que está de pé à direita (o representante de um ministério) pede à comitiva de empresários que se sentem para ouvi-lo. Como se vê, as cadeiras são destinadas apenas aos convidados, portanto a condição de satisfação do enunciado não inclui um movimento do enunciador-antagonista.

Assim, nos exemplos (127) a (129), ocorre de modo mais visível o fenômeno da embreagem actancial, definido por Fiorin como “a neutralização de oposições no interior da categoria pessoa” (2008: 84). No caso, a neutralização se dá entre a primeira pessoa do plural e a segunda do singular, já que uma forma verbal da primeira pessoa é utilizada para se referir, na verdade, à segunda.

Em certa medida, no entanto, essa mesma embreagem pode ser identificada ainda nos enunciados (125) e (126): tendo-se em mente que o enunciador não precisaria verbalizar um comando para orientar sua própria ação, é possível concluir que também nesses casos é utilizada uma forma de primeira pessoa para, em verdade, fazer referência à segunda.

De modo sintético, pode-se afirmar então que, nas construções imperativas ora analisadas, utiliza-se a primeira pessoa do plural como estratégia de polidez. Isso se justifica se levamos em conta que, para preservar a face negativa do enunciatário, é recurso comum não se fazer referência direta a ele – recurso adotado nesses enunciados.

3.3.3. Construções nominais

A tradição das descrições gramaticais do Português relaciona imperatividade a formas verbais do modo imperativo. Não sem razão: tomando nosso *corpus* como exemplo, é bastante representativo o número de enunciados imperativos realizados com essas formas verbais (82,6%). No entanto, como já defendemos em 3.3.1, a imperatividade não é um significado que se dá isoladamente na forma verbal, mas sim que emerge de uma construção imperativa. É essa concepção sobre as construções linguísticas que permite compreender a aplicação de força por meio de formas nominais.

3.3.3.1. Aplicação de força em construções nominais

Ao tratarmos da imperatividade nas formas de 2ª pessoa, mencionamos a coincidência entre as formas imperativas oriundas do indicativo e as formas de terceira pessoa do indicativo. Como vimos, em contextos de uso, umas não se confundem com as outras, o que nos levou a estipular que a imperatividade não é propriedade de uma forma linguística em si mesma, mas um significado que emerge de uma construção imperativa gramaticalizada prototipicamente deste modo: o verbo ocupa o início da

sentença, podendo ser antecedido apenas por termos não argumentais ou por argumentos clíticos. Como vimos, destaca-se entre os termos não argumentais o vocativo, sintaticamente independente de outros termos da oração.

Retomamos essa reflexão agora porque, sobre as construções nominais, é possível chegar à conclusão semelhante. Seguem exemplos:

(130) Calma, calma... (TE, 00:50:14)

(131) Silêncio! (RE, 00:51:19)

(132) Ali, atenção ali. (TE, 00:38:46)

(133) Governador desse estado maravilhoso que é o Rio de Janeiro, atenção.
(TE, 00:25:03)

Em cada um desses enunciados, repete-se a mesma estruturação sintática das construções com verbos de segunda pessoa: o termo que veicula a aplicação da força (nesse caso um nome, não um verbo), quando não ocupa o início da sentença, é antecedido por um adjunto – exemplo (132) – ou por um vocativo – exemplo (133).

A priori, seria possível então aventar a hipótese de que houvesse uma única construção imperativa, cuja aplicação de força pudesse ser empreendida por meio de um verbo ou de um nome. Essa conclusão, porém, seria demasiadamente ampla. Assim como não é apenas a posição de uma forma verbal qualquer que define a imperatividade, não basta se iniciar a sentença por um nome para se aplicar uma força imperativa. Desse modo, nossa hipótese sobre as construções nominais acrescenta dois outros fatores, não excludentes entre si: o descolamento e a saliência.

Para tratar de ambos os fenômenos, segue primeiramente este exemplo:

(134) Eu peço silêncio! Silêncio no plenário! (TE, 01:42:15)

Em (134), vemos que o enunciado imperativo “Silêncio no plenário!” é uma espécie de repetição do anterior. Nessa duplicação do pedido de silêncio, o enunciador-antagonista opta por repetir apenas o item lexical semanticamente mais saliente na condição de satisfação instaurada: o termo “silêncio”. Em um primeiro momento, o nome esteve diretamente ligado a uma forma verbal de comando, mas, sendo mais saliente semanticamente, pôde se descolar do verbo e seguir expressando a imperatividade.

Com base nesse exemplo, levantamos a hipótese de que enunciados como (130), (131) e (132) se originem de construções de verbo suporte (como “Tenha calma”, “Faça silêncio” ou “Preste atenção”), das quais o verbo teria sido suprimido em favor do item lexical de maior saliência semântica.

Além desses casos, porém, temos de considerar também enunciados em que não se pode hipotetizar um verbo suporte apagado pelo uso. Seguem exemplos:

(135) – Kojak, me dá um café, por favor.

– Uma água pra mim. (TE, 01:17:13)

(136) A mala, Júnior, a mala! (RE, 01:27:21)

(137) Banho! (TE, 00:12:15)

No exemplo (135), a primeira fala cria uma moldura em que a fala seguinte se insere. Como os dois falantes se dirigem ao balconista de um bar, o primeiro deles dá início aos pedidos da dupla. Dado o caráter colaborativo da linguagem humana (cf. SEARLE, 1990 e TOMASELLO, 2003, 2008), o enunciador da segunda fala pode tomar a fala anterior como parte do texto que, coletivamente, está se construindo. Ainda que

de modo distinto, o mesmo mecanismo cognitivo – moldura – pode explicar a imperatividade em (136) e (137).

Em (136), o personagem Seu Acácio, em desespero, pede que o filho Júnior agarre uma mala repleta de dinheiro, antes que ela caia do alto do prédio onde estão. Dado esse estado de coisas, o item lexical “mala” se refere ao elemento mais saliente da cena. O uso desse nome como recurso para aplicação da força imperativa pode ser entendido se retomamos a ideia de que os falantes tomam seus co-específicos como seres mentais/intencionais iguais a eles mesmos (TOMASELLO, 2003). Na cena, o enunciador-antagonista compreende que, para instaurar como condição de satisfação o ato de proteger a mala, basta enunciar o termo mais semanticamente mais saliente.

A aplicação da força imperativa no enunciado (137) também pode ser explicada em se considerando a interação pela linguagem como uma atividade colaborativa. Na cena, presos rebelados estão atacando seus adversários. Em uma verdadeira guerra, as ações são complementares e concatenadas, o que nos faz retomar Searle (1990), para quem as o comportamento colaborativo humano ocorre somente quando as ações são regidas por uma intenção coletiva, tida como pré-requisito fundamental para a efetiva noção de colaboração.

Somando essa visão da colaboração à de Tomasello, podemos interpretar com mais precisão o valor imperativo do enunciado (137): uma das ações da batalha era incinerar os inimigos capturados, o que dependia de banhá-los com líquido combustível antes. Na moldura em que estavam inserido e tendo as capacidades cognitivas de que tratamos, o enunciado “Banho!” era suficiente para apontar ao estado de coisas a ser instaurado.

Em linhas gerais, portanto, pode-se afirmar que, sendo ou não possível recuperar um verbo suporte nas origens do enunciado, as construções nominais imperativas estão bastante relacionadas ao caráter colaborativo da linguagem humana. Isso porque os nomes passam a ter valor imperativo não apenas por assumirem significados que emergem da construção na qual se inserem, mas também porque enunciador e enunciatário se veem como seres mentais/ intencionais semelhantes, capazes de interpretar a moldura enunciativa. Assim, ao ocupar seu lugar na construção, o termo de maior saliência semântica é suficiente para que o enunciatário-agonista reconstrua o estado de coisas idealizado pelo enunciador-antagonista. Além da gramaticalização, portanto, os processos de discursivização e semanticização se destacam na aplicação de força em construções nominais.

3.3.3.2. Forças de choque nas construções nominais

Os dados levantados para esta pesquisa permitem levantar a hipótese de que a orientação da força imperativa aplicada nas construções nominais tanto pode estar diretamente relacionada a características próprias do item lexical quanto a aspectos da moldura na qual o enunciado é proferido. Os exemplos servem para ilustrar isso:

(138) Atenção, batalhão! (TE, 00:36:42)

(139) Silêncio! Silêncio, gente! (RE, 00:53:09)

(140) O colete, Renan. (TE, 00:16:18)

Nos dois primeiros enunciados, como os nomes expressam um estado, o enunciado imperativo aponta uma mudança, que parte do estado de coisas vigente

rumo a um novo estado de coisas. Com base nas metáforas MUDANÇA É MOVIMENTO e ESTADO É ESPAÇO, promove-se então um movimento figurado em cada exemplo.

Em (138), a força aplicada está orientada para o movimento, instaurando como condição de satisfação um caminho metafórico que parte de um estado de “não atenção” (do repouso) rumo à atenção. Em (139), parte-se da ação (o ato de falar) rumo ao repouso (a cessação da fala). Em ambos os casos, o ponto de chegada do movimento (respectivamente, o estado de atenção e o estado de silêncio) são indicados pelos próprios itens lexicais, que estabelecem assim a orientação da força aplicada – imperativa causal no primeiro caso e imperativa bloqueadora no segundo.

Quando os itens lexicais não expressam estado, a orientação do movimento passa a depender mais da moldura em que o enunciado está inserido. Em (140), o personagem Fraga se prepara para entrar em uma detenção sublevada. Com essa moldura, basta que Capitão Nascimento profira o enunciado “O colete, Renan” para que seja aplicada sobre o enunciatário-agonista uma força imperativa causal, com vistas a fazê-lo entregar a Fraga o colete à prova de balas.

Em nosso *corpus*, não ocorreram casos nos quais a moldura definisse uma orientação rumo ao repouso, no entanto é possível postulá-los. Pode-se imaginar, por exemplo, uma situação na qual, cogitando ultrapassar um semáforo vermelho, o condutor fosse desencorajado por um passageiro que dissesse algo como “O radar!” ou “O guarda!”. Dada essa moldura, tais enunciados aplicariam uma força imperativa bloqueadora sobre o enunciatário-agonista.

De modo geral, a análise dos dados indica que os processos de lexicalização e discursivização, ainda que os subsistemas atuem de modo integrado, desempenham

papel fundamental na orientação da força. Quando o item lexical aponta a um estado, a orientação da força tende a ser mais lexicalizada, enquanto os demais nomes expressam a força imperativa causal ou a bloqueadora de acordo com a moldura na qual se inserem.

3.3.3.3. Representação do agonista nas construções nominais

Tal como acontece com os enunciados imperativos com verbos de 2ª pessoa, a gramaticalização da imperatividade nas construções nominais já é suficiente para promover a debreagem actancial e, com isso, instanciar enunciador e enunciatário. Ainda assim, talvez pela ausência da marca de pessoa nos nomes, é expressiva a ocorrência de vocativos nessas construções: em nosso *corpus*, estão presentes em 46,4% dos enunciados – contra 29,6% nas construções com verbos na 2ª pessoa.

Analisando as funções discursivas do vocativo, retomamos a polifuncionalidade de que trata Carvalho (2000): a) apelo, chamamento; b) abertura, preparação conversacional; c) manutenção/ reforço do contato; d) encerramento do turno. Seguem exemplos:

(141) Governador desse estado maravilhoso que é o Rio de Janeiro, atenção.

(TE, 00:25:03)

(142) Perdão, amigo, perdão. (RE, 01:31:30)

(143) Licença, Coronel. (TE, 01:01:24)

Em (141), o vocativo com que o enunciador se dirige ao enunciatário funciona como um chamamento que abre o canal de comunicação – indicando que funções discursivas do vocativo (no caso, “a” e “b”) não são excludentes.

Em (142), referir-se ao enunciatário é um modo de reforçar o contato já iniciado e, em (143), um recurso para indicar fechamento do turno.

Nos três casos, convém destacar, o vocativo é igualmente importante porque “conecta identidade social e conduta verbal” (VILLAÇA & BENTES, 2008, p. 23), ao explicitar o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores. Em (141), evocar o cargo de governador instaura um distanciamento entre enunciador e enunciatário. Em (142), o vocativo emoldura a discursivização em meio à relação de amizade entre os interlocutores. Em (143), o respeito à hierarquia militar se explicita quando o enunciador se vale do vocativo “Coronel”.

Sobre a representação do agonista nessas construções, portanto, pode-se afirmar que a própria gramaticalização da imperatividade já instaura a debreagem actancial. Ainda assim, contudo, é possível que o enunciatário-agonista seja expresso por meio de vocativos, quando se buscam efeitos discursivos mais específicos.

3.3.3.4. Representação do antagonista nas construções nominais

A representação do antagonista nesses enunciados se dá de modo semelhante ao que ocorre nas construções com formas verbais da 2ª pessoa. Também nas construções nominais não se explicita formalmente o enunciador-antagonista, que é apenas discursivizado, dada a debreagem enunciativa dos enunciados imperativos (*cf.* 3.3.1.4.).

3.3.4. Construções condicionais imperativas

Em sua análise sobre sentenças condicionais, Sweetser (1996) as distingue em três grupos: as epistêmicas, as pragmáticas e as preditivas. Para nosso estudo, interessam especialmente as condicionais que veiculam a predição – ou seja, a certeza de que um evento irá acontecer em função de outro acontecimento. Quando instanciam um enunciador-antagonista e um enunciatário-agonista, tais sentenças se convertem em construções condicionais imperativas.

3.3.4.1. Aplicação de força em construções condicionais imperativas

Nas sentenças condicionais, a predição é estabelecida do seguinte modo: o evento expresso na oração subordinada (a prótase) certamente provocará a realização do evento descrito na oração principal (a apódose). A condicional preditiva, portanto, assume também valor causal.

No caso das construções condicionais imperativas, a aplicação de força sobre o enunciatário-agonista está diretamente relacionada à maneira como o evento resultante o afeta. É o que se vê nos exemplos seguintes:

(144) Eu não negocio com polícia. **Se entrar, vai morrer geral!** (TE, 00:12:56)

(145) **Se eu não entrar, vai ter uma carnificina lá dentro!** (TE, 00:16:04)

Em ambos os enunciados, o verbo da prótase está flexionado no futuro do subjuntivo, expressando um evento em potencial que, caso se efetive, terá como resultado o evento expresso na apódose.

Em (144), o detento Beirada busca intimidar os policiais, afirmando que matará reféns caso a polícia entre no setor do presídio em que ele e seus cúmplices se encontram. Nessa moldura, o evento “entrar” desencadearia o evento “morrer geral”.

O enunciado (145) é proferido por Fraga, ativista dos Direitos Humanos, que tenta convencer os comandantes da operação policial a deixarem-no entrar no presídio e negociar com os detentos revoltosos. Cria-se nesse enunciado um estado de coisas em que evento expresso na prótase (“não entrar”), se efetivado, causaria o expresso na apódose (“ter uma carnificina lá dentro”).

Em ambos os casos, a aplicação da força imperativa depende não apenas da estrutura condicional, mas sobretudo da maneira como ela se insere na moldura enunciativa. Em ambos os enunciados, cada enunciador – Beirada e Fraga, respectivamente – pressupõe a possibilidade de reféns serem assassinados como algo que afeta negativamente o enunciatário – nos dois casos, os policiais. Tendo isso em mente, a força imperativa é aplicada quando se apresenta o assassinato de reféns como resultado de possíveis ações do enunciatário – em (144), adentrar o presídio e, em (145), não autorizar a entrada do negociador –, o qual optaria pelo movimento ou pelo repouso por antever as consequências de seus atos.

Nessas construções, portanto, não se enuncia explicitamente uma condição de satisfação a ser cumprida. Antes, o enunciador-antagonista busca manipular o enunciatário-agonista, orientando-o, conforme a conveniência, ao movimento ou ao repouso – possibilidades que discutimos a seguir.

3.3.4.2. Forças de choque em construções condicionais imperativas

A orientação das forças aplicadas nas construções condicionais depende fundamentalmente de um tripé: o evento enunciado na prótase, seu resultado enunciado na apódose e o modo (positivo ou negativo) como tal resultado afeta o agonista. São, portanto, gramaticais e discursivos os fatores decisivos para definir se a força será imperativa causal ou imperativa bloqueadora. Seguem exemplos:

(146) Esse dinheiro pode nunca ter existido, **se o senhor guardar meu amigo num lugar onde ele pare de falar besteira**. (RE, 00:50:08)

(147) **Se você ficar calado**, ele te tira daqui! (RE, 00:56:01)

Em (146), ocorre um episódio de suborno: a polícia apreende uma mala de dinheiro com o personagem Célio, que estava decidido a incriminar Otávio Saboya. O empresário, contatado por policiais corruptos, propõe que eles fiquem com o dinheiro apreendido, em troca de manterem Célio como prisioneiro. Assim, “o dinheiro nunca ter existido”, evento da apódose, seria resultado da efetivação do evento expresso na prótase – “guardar meu amigo num lugar onde ele pare de falar besteira”. Nesse caso, o enunciadador-antagonista aplica sobre o enunciatário-agonista uma força imperativa causal, uma vez que o movimento a ser promovido para cumprir a condição de satisfação é apresentado como algo que afetaria o agonista positivamente.

Também em (147) um resultado positivo é apresentado para se aplicar uma força sobre o agonista. Na cena, a mãe de Célio recomenda ao filho não denunciar fraudes de Otávio, pois assim ele seria libertado da prisão. O evento enunciado na apódose (“ele te tira daqui”) afetaria positivamente o enunciatário, desde que se efetivasse o evento da

prótase (“você ficar calado”). Nesse caso, a tendência de Célio era fazer a denúncia e a força aplicada se choca contra isso, com vistas a levá-lo ao repouso. O enunciador-antagonista imprime então de uma força imperativa bloqueadora sobre o enunciatário-agonista.

Comparando os enunciados (146) e (147), observa-se que embora apresentem diferenças na orientação das forças (respectivamente, ao movimento e ao repouso), ambos apresentam um ponto em comum: o evento enunciado na apódose, segundo a avaliação do enunciador, afeta positivamente o enunciatário. Os enunciados que seguem, porém, exemplificam que a aplicação de força também pode acontecer caso o evento expresso na apódose afete negativamente o enunciatário:

(148) **Se você não se arrepender agora, depois vai ser muito pior, porque nós vamos arder no fogo do inferno.** (RE, 00:48:56)

(149) **Se os senhores o efetivarem como presidente dessa comissão, estarão atestando que são como ele, verdadeiros bandidos.** (TE, 01:47:20)

Com enunciado (148), o personagem Célio, acreditando ser um enviado de Deus, procurar levar o empresário Otávio a arrepender-se de suas falcatruas. Em seu enunciado, “arder no fogo do inferno” é o evento que afeta negativamente o enunciatário, caso ele não cumpra a condição de satisfação expressa na prótase (“arrepender-se agora”). Nesse enunciado, o enunciador-agonista aplica uma força sobre o enunciatário-agonista orientada para o movimento, tendo em vista levá-lo a declarar-se arrependido.

Em (149), o personagem Fraga atua como deputado e se dirige aos demais membros do parlamento, a fim de impedir que um deputado vinculado às milícias assuma a presidência de uma CPI. Em seu enunciado, caso se efetive a prótase (“efetivarem-no como presidente”), seu resultado será danoso para a reputação dos enunciatários (“estarão atestando serem bandidos”). Nesse caso, ao apontar um resultado indesejável caso se implemente o movimento, o enunciador-antagonista aplica uma força contrária à tendência do enunciatário-agonista, almejando conduzi-lo ao repouso.

Sintetizando os modos de aplicação de força com as construções condicionais, é possível dividir tais sentenças em dois grandes grupos. Um deles é formado pelos enunciados cuja apódose contém um resultado tido como positivo ao enunciatário-agonista. Nesses casos, pode-se aplicar uma força causal para que o agonista atinja o resultado desejável – como em (146) – ou uma força bloqueadora, para que seu movimento não impeça a implementação do estado de coisas apresentado na prótase – como em (147).

Outra possibilidade é que a apódose expresse um resultado tido como negativo. O enunciador-antagonista pode, nesses casos, aplicar uma força causal sobre o enunciatário-agonista, para que a ação deste evite a implementação do estado de coisas previsto na prótase – o que ocorre em (148). Também é possível que a força seja bloqueadora, para que o agonista não se mova rumo ao estado de coisas indesejável – como em (149).

3.3.4.3. Representação do agonista em construções condicionais imperativas

Nos exemplos (147) a (149), o agonista é representado de modo bastante semelhante: em cada um dos enunciados, ele se manifesta pronominalmente, como sujeito da prótase. Essa configuração sintática é bastante coerente com o significado que emerge dessas construções: na prótase, o enunciador expressa um evento em potencial, sobre o qual o enunciatário tem controle; com isso, busca-se orientar o enunciatário ao movimento ou ao repouso, apresentando-lhe na apódose os resultados da sua atuação.

Assim, quando o enunciatário-agonista aparece como sujeito da prótase, explicita-se que sua participação nesse evento tem como resultado o estado de coisas mencionado na apódose. É o que ocorre neste exemplo:

(150) **Se você não mandar ela embora, eu não vou mais deixar o Rafa trabalhar com você.** (TE, 00:51:17)

No enunciado, a personagem Rosane quer persuadir o deputado Fraga, seu marido, a demitir uma funcionária por ter sido pega pela polícia usando drogas ilícitas com Rafa, enteado do parlamentar. Como se vê, a prótase indica que a convivência de Fraga (“não mandar ela embora”) resultaria em um efeito tido pela enunciadora como negativo (“eu não vou mais deixar o Rafa trabalhar com você”).

Embora essa estruturação seja, em certa medida, mais previsível, seu uso não é categórico, como mostram os exemplos abaixo:

(151) **Se aquela vagabunda puser os pés aqui nessa casa, eu conto pra todo mundo que foi o senhor que mandou a polícia expulsar a gente daqueles prédio lá.** (RE, 01:11:53)

(152) **Se eu não entrar, vai ter uma carnificina lá dentro.** (RE, 00:16:04)

Para que a aplicação da força imperativa seja percebida nesses exemplos, bem como a presença de agonista e antagonista, é fundamental considerar a moldura em que cada enunciado se insere.

No caso de (151), o personagem Seu Acácio, que havia expulsado a filha de casa, busca demover Célio da tentativa de reaproximá-los. Para isso, ele vincula dois estados de coisa, estabelecendo uma relação causal entre eles: a entrada de sua filha em casa o levaria a delatar Célio para os moradores da favela. Nesse exemplo, embora não tenha sido lexicalizada na prótase uma forma pronominal que remeta a Célio, é justamente ele quem pode agir para que Sônia, filha de seu Acácio, retorne ou não a casa. Desse modo, ao ameaçá-lo com a delação, Seu Acácio atua como um enunciador-antagonista, aplicando sobre o enunciatário-agonista Célio uma força imperativa bloqueadora, com vista a impedi-lo de conduzir Sônia à casa do pai.

Em (152) ocorre fenômeno semelhante: o ativista Fraga quer permissão para entrar no presídio e negociar com detentos, apresentando a ocorrência de uma carnificina como resultado decorrente de sua não entrada. Ainda que não estejam mencionados na prótase, são os comandantes da operação policial que têm o controle sobre o evento nela representado. Assim, ao mencionar o risco da carnificina, Fraga atua como enunciador-antagonista, aplicando sobre o enunciatário-agonista uma força imperativa causal, buscando movê-lo da proibição ao consentimento.

Considerando a variedade dos exemplos, podemos afirmar que o enunciatário-agonista é ora lexicalizado e/ou gramaticalizado como sujeito da prótase (há casos de sujeito elíptico, como o enunciado 144), ora discursivizado, por meio da moldura

enunciativa, como responsável pela eventual realização do evento expresso na prótase. Em todo caso, ainda que diverjam na explicitação do agonista, os exemplos revelam um ponto comum: nas construções condicionais imperativas, o enunciatório-agonista pode controlar o evento expresso na oração subordinada, razão pela qual o enunciador-antagonista lhe aplica determinada força – orientada ao movimento ou ao repouso.

3.3.4.4. Representação do antagonista em construções condicionais imperativas

A explicitação do antagonista nas construções condicionais imperativas é possível, mas não necessária. Desse modo, é possível relacionar a representação do enunciador-antagonista ao nível de pessoalidade que ele deseja imprimir ao enunciado e também ao seu grau de envolvimento com a condição de satisfação – ou ao menos o grau de envolvimento que ele deseja revelar. Para compreender tais possibilidades, estes dois enunciados são exemplares:

(153) Esse dinheiro pode nunca ter existido, **se o senhor guardar meu amigo num lugar onde ele pare de falar besteira.** (RE, 00:50:08)

(154) **Se você ficar calado**, ele te tira daqui! (RE, 00:56:01)

Conforme contextualização feita em 3.3.4.2., o primeiro desses enunciados é proferido por Otávio para subornar um policial. Em sua fala, a primeira pessoa do singular (“meu”) explicita o envolvimento direto do enunciador-antagonista com a ação enunciada – no caso, seu interesse em manter Célio, que pretende acusá-lo, preso.

Em (154) – também contextualizado em 3.3.4.2. –, Dona Isaura não faz uso de formas de primeira pessoa no diálogo com Célio, seu filho. Assim, o enunciador é

instanciado pela própria situação dialógica, que pressupõe as posições *eu* e *tu*, mas não se apresenta como diretamente envolvido com o sucesso dos eventos.

Em suma, o enunciador-antagonista pode estar lexicalizado na construção condicional imperativa – seja na prótase, como em (153), seja na apódose, como em (150), mas também é possível que ele seja apenas discursivizado pelo caráter dialógico da imperatividade. São diferentes recursos linguísticos, para manifestar maior ou menor envolvimento do enunciador em relação a condição de satisfação estabelecida pelo enunciado.

3.3.5. Construção imperativa com verbo no futuro

As construções imperativas, ainda que variem em efeitos semânticos e pragmáticos, têm em comum o estabelecimento de uma condição de satisfação, enunciada pelo enunciador-antagonista para ser cumprida pelo enunciatário-agonista. No caso das imperativas com verbo no futuro, precisamos distinguir o que é a simples enunciação de um estado de coisas futuro do que é de fato a aplicação de força sobre um enunciatário-agonista, configurando assim a imperatividade. É do que tratamos a seguir.

3.3.5.1. Aplicação de força em construções imperativas com verbo no futuro

A gramaticalização de uma construção perifrástica de futuro literal e a de uma construção de futuro com valor imperativo são idênticas. Elementos formais, portanto, não são suficientes para diferenciar um caso do outro. No entanto, considerando a

moldura enunciativa na qual se insere o enunciado, pode-se perceber a discursivização da imperatividade. É o que ilustra este exemplo:

(155) A gente vai tomar a zona oeste toda, o Tanque vai ser nosso e tu vai me ajudar nessa p*. (TE, 00:55:10)

No exemplo, o personagem Rocha – policial corrupto e líder de uma milícia –, busca convencer o comparsa Fábio a empreenderem uma operação para dominar a comunidade carente do Tanque. As duas orações iniciais têm valor epistêmico, veiculando crenças de Rocha sobre como seria o futuro. O terceiro evento enunciado, porém, deixa de ter valor epistêmico, passando a ser um enunciado deôntico: como Fábio não estava certo de participar da operação, Rocha busca persuadi-lo enunciando resultados positivos da operação (“A gente vai tomar a zona oeste toda, o Tanque vai ser nosso”), relacionando esse futuro próspero à atuação de Fábio (“tu vai me ajudar nessa p*”). Dessa forma, o enunciador-antagonista Rocha aplica sobre o enunciatário-agonista Fábio uma força imperativa causal, para movê-lo do repouso ao movimento.

Pode-se extrair desse exemplo uma generalização: as construções de futuro assumem valor imperativo quando a concretização do evento enunciado depende diretamente da anuência e da atuação do enunciatário-agonista, sobre o qual se aplica uma força imperativa. É o que se repete nestes enunciados:

(156) O senhor vai me dizer agora onde é que estão as armas da delegacia. (TE, 01:11:30)

(157) Tu vai raspar as paradinha, mas não enterra elas não, hein? (TE, 00:55:59)

(158) Você não vai me trancar dentro desse armário. (RE, 01:07:47)

Em (156), Matias, policial do BOPE, busca conseguir informações de um criminoso. O contraventor, porém, não dispõe dos dados requeridos pelo policial. Fica evidente assim que não se trata apenas da enunciação de um evento a se concretizar, mas de uma aplicação de força, que o enunciador-antagonista imprime sobre o enunciatário-agonista para que ele fale.

O enunciado (157) é a resposta do miliciano Rocha a um comparsa subordinado a ele. Este perguntava a seu líder o que fazer com armas que tinham acabado de ser roubadas da polícia. Rocha então indica, com o verbo no futuro, como seu interlocutor deve agir. Outra vez, a forma futura se insere em uma moldura que confere a ela valor deôntico.

Em (158), o personagem Tonelada, a mando de Célio, encaminha-se para prender Sônia em um armário. A moça, com vistas a impedi-lo, profere o enunciado em questão. No exemplo, “não vai me trancar” efetivamente não se refere a um estado de coisas vislumbrado no futuro; pelo contrário, trata-se de um caso em que a força aplicada visa justamente a modificar a tendência do agonista, para que o futuro mais previsível – ser trancada no armário – não se implemente.

Em cada um dos casos, como vimos, não basta apenas a gramaticalização da perífrase de futuro para que emergja da construção o significado da imperatividade. Antes, é imprescindível a relação entre enunciado e moldura enunciativa, para que seja discursivizada a imperatividade nesses enunciados.

Como observação, destacamos que, embora não nos detenhamos mais especialmente sobre a construção perifrástica, não se pode ignorar que, nos dados coletados, todas as formas de futuro se fizeram com o auxiliar “ir”. Tendo em mente o

caráter cognitivista desta abordagem, é mais um indício de que as noções de FORÇA e MOVIMENTO subjazem a noção de imperatividade.

3.3.5.2. Forças de choque em construções imperativas com verbo no futuro

Os dados que compõe nosso *corpus* indicam que a orientação da força imperativa nessas construções depende fundamentalmente do processo sociocognitivo da lexicalização. Seguem exemplos:

(159) Você vai me ligar, até mais tarde, e vai me passar o nome e o número do X-9. E eu quero isso pra hoje. (TE, 01:13:18)

(160) O celular você vai botar na bucha de algum inquérito. (TE, 01:23:29)

(161) Você não vai dizer nada. Nenhuma palavra, e eu te tiro daqui. (RE, 00:48:21)

(162) Você não vai enlouquecer agora! (TE, 00:48:35)

Em todos esses exemplos, a aplicação de força, como dissemos acima, é essencialmente discursivizada, dada a importância da moldura enunciativa. A orientação da força, porém, depende dos itens lexicais que compõem a sentença, sobretudo da do verbo principal e, eventualmente, da partícula negativa.

Em (159) e (160), “ligar”, “passar o nome” e “botar na bucha de algum inquérito” (= “escamotear a prova de um crime em um inquérito indevido”) são ações que cada enunciador espera ver realizadas pelo enunciatário. Com isso, aplica-se a força imperativa causal, orientada ao movimento.

Em (161) e (162), o uso da partícula negativa corresponde à lexicalização da orientação ao repouso: no primeiro enunciado, o agonista tende a falar, mas o

antagonista quer impedi-lo; no segundo, o enunciador crê que o juízo do enunciatário está abalado e, tomando-o como dotado de controle sobre o processo, aplica-lhe uma força orientada ao repouso.

Embora não tenham aparecido em nossos dados, é possível deduzir enunciados nos quais o bloqueio não seja expresso pela partícula negativa, mas pelo verbo principal. O enunciado (161), por exemplo, poderia ser parafraseado por “Você vai parar de falar” e, nesse caso, o bloqueio seria implementado pelo verbo.

Desse modo, portanto, enquanto a aplicação da força está mais relacionada à moldura enunciativa, sendo resultado de um processo de discursivização, a orientação dessa mesma força é marcada lexicalmente, pelo verbo principal e, eventualmente, por uma partícula negativa.

3.3.5.3. Representação do agonista em construções imperativas com verbo no futuro

Nas imperativas com verbo no futuro, pode-se afirmar que o modo de representar o agonista está gramaticalizado na construção. Nossos dados apontam para uma regra categórica, exemplificada por estes enunciados:

(163) O senhor vai descer a ladeira, Ø vai pegar a primeira à esquerda, lá no Danilo baiano, lá que o senhor vai comprar o gás. (TE, 00:43:02)

(164) Você vai ficar tomando conta do cão. (RE, 01:09:50)

(165) Você vai me fazer o seguinte. (TE, 01:13:18)

Nos três enunciados acima – e em todos os demais com que exemplificamos esta construção –, o enunciatário-agonista é pronominalizado e está desempenhando a função de sujeito.

Essa estruturação sintática é coerente com o significado que emerge da construção: nessas imperativas, o enunciado explicita o estado de coisas a ser implementado pelo agonista, caso se cumpra a condição de satisfação. Para construir esse significado, o enunciatário-agonista é expresso como sujeito agente da forma verbal⁴.

Considerando essa obrigatoriedade da explicitação do enunciatário-agonista, o que não se dá em qualquer outra das construções imperativas analisadas até aqui, pode-se afirmar que as construções imperativas com verbo no futuro são enunciadas apenas quando se pretende colocar em evidência a atuação do agonista para que se cumpra a condição de satisfação.

3.3.5.4. Representação do antagonista em construções imperativas com verbo no futuro

Enquanto a manifestação do agonista é categórica nessas construções, a do antagonista é apenas facultativa. Nos casos em que ele não está apenas discursivizado pela debreagem actancial – própria do diálogo –, o antagonista é lexicalizado por uma forma pronominal átona – conforme se vê, por exemplo, nos enunciados (158), (159) e (165).

Isso reforça a tese de que, ao optar por essa construção, o enunciador prefere colocar em evidência a figura do agonista, alçado à função de sujeito.

3.3.6. Construções de comando lexicalizado

⁴ É possível prever a possibilidade de uma construção semelhante com verbo na voz passiva; contudo isso não ocorreu em nossos dados.

É plausível pensar que a ideia de volição subjaz todos os enunciados de comando com que trabalhamos nesta tese. O enunciador-antagonista, ao aplicar uma força imperativa sobre o enunciatário-agonista, almeja o cumprimento da condição de satisfação estabelecida. Em certos enunciados, porém, volição e comando deixam de ser implícitos da imperatividade, tornando-se significados explicitamente expressos. É o que abordamos neste subitem.

3.3.6.1. Aplicação de força em construções de comando lexicalizado

Nas demais construções analisadas até aqui, observamos que a aplicação de força está mais diretamente ligada a processos de gramaticalização de construção de valor imperativo (caso das construções com verbos da 2ª pessoa, com verbo “ir” na 1ª do plural, das construções nominais, das condicionais e das com verbo no futuro) e/ou mais fortemente associada a processos de discursivização (sobretudo as condicionais e as com verbo no futuro). Nas construções analisadas nesse subitem, entretanto, a lexicalização passa a assumir papel fundamental no estabelecimento da imperatividade, como revelam estes exemplos:

(166) Eu peço silêncio! Silêncio no plenário! (TE, 01:42:15)

(167) Fotografa! Eu tô mandando você fotografar! (RE, 00:15:49)

(168) Eu não quero você parado na frente dele. (TE, 00:33:53)

(169) Eu queria que o senhor tomasse isso como um pedido pessoal meu. (TE, 00:30:10)

Nos exemplos (166) e (167), as formas verbais “peço” e “tô mandando” explicitam que se trata de comandos. Em (168) e (169), “quero” e “queria” explicitam a volição.

Considerando o caráter multissistêmico da língua, entretanto, seria equivocado concluir que apenas a lexicalização do comando ou da volição, por si, seria suficiente para implementar a aplicação de uma força imperativa – do contrário, todo enunciado constituído com algum desses verbos seria imperativo, o que não é verdadeiro. Deve-se observar ainda a relação entre verbo e argumentos, bem como a moldura enunciativa para compreender como a imperatividade emerge dessas construções.

Em cada um dos enunciados acima, o argumento interno é a condição de satisfação estabelecida pelo enunciador-antagonista. Em (166), aplica-se uma força para que o enunciatário-agonista faça silêncio; em (167), para que fotografe; em (168), para que se movimente durante uma luta de judô; em (169), para que considere o valor pessoal de um pedido.

Desse modo, pode-se concluir que a imperatividade é implementada nesses casos por um processo de predicação: o verbo de comando ou volitivo atribui propriedades ao seu argumento interno, tornando-o um estado de coisas esperado/desejado – ou mesmo indesejado – para o enunciador-antagonista.

Fora isso, para que o enunciador aplique determinada força imperativa, é imprescindível que ele se manifeste como sujeito da forma verbal. Em enunciados com esses verbos, se os sujeitos são da segunda ou da terceira pessoa (algo como “tu querias” ou “ele mandou”), não se dá um ato de fala efetivamente diretivo. Assim, novamente por meio da predicação, o enunciador se converte em agonista quando se torna argumento externo do verbo de comando ou volitivo.

Já o agonista recebe a força aplicada tanto pela sua explicitação como sujeito de um verbo que explicita o estado de coisas a ser implementado – como nos exemplos (167) a (169) –, quanto pela situação dialógica, em que a debreagem actancial discursiviza os interlocutores – o como em (166), enunciado em que não se lexicaliza nem se gramaticaliza o enunciatário-agonista.

3.3.6.2. Forças de choque em construções de comando lexicalizado

A orientação da força imperativa nessas construções se deve a uma combinação de fatores entre predicador e argumento interno da predicação. Considerando especificamente as forças que se chocam contra a tendência do agonista, há estas quatro possibilidades:

- a) aplica-se a força causal porque o repouso é predicado como negativo;
- b) aplica-se a força causal porque o movimento é predicado como positivo;
- c) aplica-se a força bloqueadora porque o repouso é predicado como positivo;
- d) aplica-se a força bloqueadora porque o movimento é predicado como negativo.

Comecemos pelo seguinte exemplo:

(170) Eu **não quero** você parado na frente dele. Eu **quero** você rodando. (TE, 00:33:53).

Nessa fala do personagem Capitão Nascimento a seu filho, as duas sentenças servem para orientar o garoto em uma disputa de judô. Em ambas, o enunciad-antagonista aplica sobre o enunciatário-agonista uma força contrária à sua tendência, movendo-o do repouso ao movimento; no entanto a aplicação da força não ocorre nas duas sentenças do mesmo modo.

Na primeira, o predicador “não quero” determina que o argumento interno expressa um estado de coisas indesejável. Ao predicar o repouso (“você parado na frente dele”) como negativo, aplica-se uma força imperativa causal, orientando o agonista ao movimento – conforme descrito em “a”.

Na segunda, também se aplica uma força causal imperativa, mas por meio de outra estratégia: o argumento interno expressa movimento (“você rodando”) e é predicado por “quero” como algo almejado. Assim, aplica-se uma força causal ao predicar-se o movimento como algo positivo – conforme “b”.

Isso não impede que ambas sejam similares na moldura em que ocorrem: a primeira predica o repouso (“você parado a frente dele”) como negativo, orientando o agonista ao movimento; a segunda também aplica uma força orientada ao movimento, mas o faz ao predicar “você rodando” como algo positivo.

Analisemos ainda estes dois exemplos:

(171) Eu já **falei pra** você não falar comigo. (TE, 00:50:34)

Em (171), “falei pra” equivale a “mandei”, “ordenei”, pelo que consideramos a expressão um marcador de comando. Nesse enunciado, aplica-se sobre o agonista uma força imperativa bloqueadora, pois a tendência do agonista é seguir falando, mas a condição de satisfação é “não falar”. No caso, o repouso é predicado como positivo, conforme descrito em “c”.

A quarta hipótese não foi identificada em nosso *corpus*, porém é possível pensar em um exemplo hipotético. Seria um enunciado como este:

(172) Eu **não quero** que você fale comigo.

Nesse exemplo, o enunciador supõe que a tendência do agonista seria a um movimento metafórico (do “não falar” ao “falar”), mas busca imprimir um bloqueio predicando esse movimento como algo indesejável (“não quero”). Assim, conforme descrito em “d”, aplica-se uma força imperativa bloqueadora porque se predica o movimento como negativo.

3.3.6.3. Representação do agonista em construções de comando lexicalizado

Conforme antecipamos em 3.3.6.1., há duas possibilidades de representação do agonista nesses enunciados. Uma de caráter mais gramatical e lexical, outra de ordem mais discursiva.

No primeiro caso, o agonista desempenha função de sujeito em uma oração encaixada no verbo de comando ou de volição, a qual explicita o estado de coisas a ser implementado por esse agonista – como nos exemplos (167) a (169).

No segundo, é a situação dialógica que instancia o enunciador-agonista, devido a debreagem actancial discursiviza dos enunciados imperativos – como em (166), enunciado em que o agonista está somente discursivizado.

3.3.6.4. Representação do antagonista em construções de comando lexicalizado

Como também antecipamos em 3.3.6.1, o caráter imperativo dessas construções depende de que o enunciador seja sujeito da forma verbal, pois só assim, por meio da predicação, ele se converterá em antagonista.

3.3.7. Construções com verbo deôntico introdutor de sentença

Aproveitamos a terminologia “verbos que introduzem sentenças” do trabalho de ILARI & BASSO (2008, p. 318), no qual os autores, ao tratarem da modalização, apresentam esse conjunto de verbos como exemplos de modais que pode expressar comandos. Entretanto, para especificar um pouco mais o tipo de modalidade expressa neles, optamos por chamá-los “deônticos”. Tratamos a seguir de seu funcionamento.

3.3.7.1. Aplicação de força em construções com verbo deôntico introdutor de sentença

À semelhança do que acontece com as construções de comando lexicalizado, também nas construções ora estudadas é um item lexical o responsável por expressar o caráter deôntico do enunciado. É o que mostram estes exemplos:

(173) Pô, tu tem que me valorizar mais, Rocha. (TE, 00:54:58)

(174) Você precisa vir aqui pelo menos enterrar teu pai. (RE, 00:42:24)

Em (173) e (174), a imperatividade é lexicalizada na forma verbal (respectivamente, “tem que” e “precisa”). A oração encaixada nesses verbos, modalizada por eles, passa a expressar uma condição de satisfação.

Convém lembrar que, nas orações de comando lexicalizado, a oração encaixada também expressa a condição de satisfação do enunciado. No entanto, há suficientes motivos sintáticos e semânticos para afirmarmos que se tratam de diferentes construções.

Tendo em vista o significado dessas construções, o item lexical marcador da imperatividade não expressa explicitamente o comando ou a volição, ao contrário do que acontece nas construções analisadas em 3.3.6. Com isso, as formas verbais ora analisadas não atuam como predadoras, mas como modalizadoras.

Esse aspecto semântico está fortemente associado à configuração sintática dos enunciados: nas construções com comando lexicalizado, para se efetivar a imperatividade, é categórico que o enunciador-antagonista desempenhe a função de sujeito da forma verbal de comando ou volitiva; nas construções com verbos deônicos que introduzem sentença, a função de sujeito cabe ao agonista, pois o foco não está no desejo do enunciador, mas no dever no enunciatário.

Considerando que as construções se caracterizam por um pareamento entre forma e significado, identifica-se uma construção específica, realizada com verbos deônicos que introduzem sentença. Nessas construções, a aplicação de força pode ser assim sintetizada: a imperatividade é lexicalizada em uma forma verbal deônica que introduz sentença; a oração encaixada, modalizada pelo verbo, expressa uma condição de satisfação; o enunciatário-agonista é gramaticalizado como sujeito da forma modal e, com isso, aplica-se-lhe uma força imperativa por atribuir-se a ele o dever de cumprir a condição de satisfação expressa na oração encaixada.

3.3.7.2. Forças de choque em construções com verbo deônico introdutor de sentença

Como a imperatividade é explicitada nessas construções por verbos de valor modal, a orientação da força imperativa está associada à noção de “dever”. A partir disso, a orientação da força se deve a uma combinação entre, de um lado, um “dever”

(ou um “não dever”) e, de outro, “orientar-se ao repouso” ou “orientar-se ao movimento”. Seguem exemplos:

(175) Você precisa entender que a população apoiou. (TE, 01:15:12)

(176) A senhora só precisa agora reconhecer um corpo. (RE, 01:00:07)

(177) Vem, que a gente tem que terminar aquela matéria, tá? (TE, 01:18:43)

Os três exemplos acima e os outros dois mencionados anteriormente totalizam as ocorrências dessa construção em nosso *corpus*. Ainda assim, conclusões que extraímos da análise desses enunciados nos permitem inferir outras possibilidades, mesmo que não documentadas.

Nos cinco enunciados levantados, a noção de dever é lexicalizada (nas formas “precisa” ou “tem que”) e a condição de satisfação (expressa na oração encaixada que se modaliza) exige que o agonista parta do repouso ao movimento – seja esse movimento literal ou metafórico. Em (175), parte-se de um estado de “não entender” a um estado de “entender”; em (176), do repouso à ação de reconhecer um corpo; em (177), do repouso à retomada de um trabalho. Em cada caso, como a força se choca com a tendência do agonista e o orienta ao movimento, trata-se, portanto, da imperativa causal.

A regularidade apresentada em nossos dados, contudo, não nos impede de aventar a hipótese de que se aplique também a força imperativa bloqueadora por meio desse recurso linguístico. É o que os enunciados abaixo, feitos com base no exemplo (176), ilustram:

(178) A senhora não tem que se calar.

(179) A senhora tem que **se calar**.

(180) A senhora não tem que **reconhecer o corpo**.

Suponhamos que, na moldura enunciativa em que se insere (178), a tendência do agonista seja ao repouso – algo como “não falar”. Nesse caso, a força aplicada sobre o agonista também é imperativa causal, porém a combinação que resulta nisso é diferente da que vimos anteriormente. Agora, a forma deôntica expressa um “não dever” e a condição de satisfação, um estado de repouso. De modo esquemático, um “não dever repousar” culminasse na aplicação de uma força imperativa causal.

Em (179), imaginemos que a tendência do agonista fosse a um movimento metafórico – no caso, “falar”. A força aplicada, tendo em mente essa moldura enunciativa, choca-se contra essa tendência, tentando implementar o repouso – portanto, trata-se de uma força imperativa bloqueadora. Isso ocorre porque a forma deôntica (“tem que”) expressa um dever e a condição de satisfação (“se calar”) aponta para um estado de repouso. Esquematicamente, a orientação ao repouso se traduz em um “dever repousar”.

Também em (180) a força aplicada promove um bloqueio, mas por meio de outra combinação: em vez de um “dever repousar”, temos um “não dever movimentar-se”. O “não dever” está lexicalizado na forma deôntica (“não tem que”) e o movimento (“reconhecer o corpo”), na oração encaixada. Em síntese, o “não dever” associado ao “movimento” estabelece a orientação bloqueadora.

Em suma, a significação dessas construções depende da modalização sobre a oração encaixada, que, sempre tendo em vista a moldura enunciativa, pode apontar o movimento ou o repouso. Assim, a força será causal em duas circunstâncias: se o

movimento for modalizado como “dever” ou o repouso, “como não dever”. A bloqueadora também se define segundo duas possibilidades: o repouso ser modalizado como “dever” ou o movimento, como “não dever”.

3.3.7.3. Representação do agonista em construções com verbo deôntico introdutor de sentença

Em cada um dos exemplos analisados, o enunciador-agonista é lexicalizado como forma pronominal e gramaticalizado como sujeito da forma verbal deôntica. Essa forma pronominal é, prototipicamente, da 2ª pessoa do discurso (como em 173 e 174, por exemplo), mas também é possível que ocorra a 1ª pessoa do plural, quando enunciador e enunciatário precisam atuar juntos para implementar certo estado de coisas (como em 177).

É possível concluir, portanto, que essa construção coloca em evidência a figura do agonista, necessariamente explicitado como responsável pela implementação do estado de coisas apresentado como condição de satisfação do enunciado.

3.3.7.4. Representação do antagonista em construções com verbo deôntico introdutor de sentença

Nessas construções com verbos deônticos, há três possibilidades de representação do antagonista, sendo duas de caráter mais léxico-gramatical, outra de caráter mais discursivo.

Se o cumprimento da condição de satisfação depende também de sua atuação, o enunciador pode ser lexicalizado em uma 1ª pessoa do plural inclusiva, que deixa de apenas ter como referência o enunciatário-agonista. Outra possibilidade de explicitação do antagonista é, na oração encaixada, ele se lexicalizar como clítico – como em (173).

Além dessas configurações, é possível que o antagonista se mantenha implícito, instanciado apenas pela debreagem actancial própria do diálogo – o que ocorre nos exemplos (174) a (176). Nesses casos, embora o enunciador-antagonista aplique sobre o enunciatário-agonista uma força imperativa, ele não se apresenta como um participante efetivo no enunciado.

Se comparamos as construções de comando lexicalizado com as construções com verbos deônticos, fica claro que cada uma provoca efeitos discursivos bastante distintos. Enquanto as de comando lexicalizado tem a expressão do antagonista como categórica, sempre na função de sujeito, as de verbos deônticos lançam luz sobre o agonista, que passa a ser necessariamente sujeito da forma verbal que estabelece a aplicação de força.

É possível concluir, portanto, que, tal como as construções de comando são utilizadas para focalizar a figura do enunciador-antagonista, as construções com verbos deônticos que introduzem sentença são um recurso de que o enunciador se vale para pôr em destaque o dever ele julga recair sobre o enunciatário-agonista.

3.3.8. Construções imperativas com orações impessoais avaliativas

As construções imperativas com orações impessoais avaliativas também se constituem por meio de orações encaixadas. No entanto, diferentemente do que ocorre com as construções com comando lexicalizado ou com as construções com verbo deôntico introdutor de sentença, a oração principal não manifesta a categoria pessoa. É, portanto, um distinto modo de promover a aplicação de força e de representar antagonista e agonista, como discutimos abaixo.

3.3.8.1. Aplicação de força em construções imperativas com orações impessoais avaliativas

Com essas construções, a deontologia é semanticizada por meio da modalização.

A oração encaixada apresenta um estado de coisas que, modalizado pela oração impessoal, torna-se a condição de satisfação do enunciado. Seguem exemplos:

(181) É bom que você saiba que agora é tudo *fifty-fifty*. (TE, 01:17:26)

(182) É melhor você se arrepender aqui embaixo. (RE, 01:08:12)

(183) Tá na hora de você dizer quanto é que tem pra mim! (RE, 01:21:21)

Em (181), a oração encaixada menciona o seguinte estado de coisas: o miliciano Rocha passa a considerar um novo modo de dividir os ganhos com Fábio, seu comparsa. Para que tal estado de coisas seja transformado em condição de satisfação, ele é veiculado em uma oração e se encaixa no modalizador impessoal “é bom”.

O enunciado (182) se apresenta com a mesma estruturação: o estado de coisas – no caso, o enunciatário Otávio se arrepender diante de Deus – é veiculado pela oração encaixada, cuja modalização se faz pela oração impessoal “é melhor”.

Em (183), o modalizador é a oração “tá na hora de”: por meio dela, explicita-se como condição de satisfação que se cumpra, de imediato, o estado de coisas veiculado na oração encaixada.

De modo sintético, é possível afirmar que, embora os subsistemas atuem todos a um só tempo, os processos sociocognitivos de gramaticalização (dado o encaixamento

da oração) e de semanticização (tendo em vista a modalização) merecem destaque em nossa análise sobre a aplicação de força nessas construções.

3.3.8.2. Forças de choque em construções imperativas com orações impessoais avaliativas

Com essas construções, as possibilidades são as mesmas manifestadas nas demais construções em que ocorre encaixamento de oração (a saber, construções de comando lexicalizado e construções com verbo deôntico introdutor de sentença). Observemos os exemplos:

(184) Se der m* pra mim, vai dar m* pra você, é bom que cê lembre disso. (TE, 01:17:24)

(185) É melhor você não se meter. (TE, 00:30:41)

O enunciado (184) se dá na seguinte moldura enunciativa: Rocha e Fábio, policiais envolvidos com milícias, estão implicados no assassinato do policial André; Nascimento, já promovido a comandante do BOPE, desconfia do envolvimento de ambos, o que os preocupa. Rocha, com receio de que Fábio não seja sigiloso o suficiente, dirige a ele o enunciado (184).

Nesse ato de fala, o modalizador “é bom” estabelece uma condição de satisfação para o enunciado, a qual depende de ser cumprido o estado de coisas expresso na oração encaixada (“cê lembre disso”). Desse modo, a força aplicada aponta para um movimento metafórico – do esquecimento à lembrança –, tratando-se assim de uma força imperativa causal.

Em (185), o policial corrupto Fábio tenta aproximação com André. Este, desinteressado de envolver-se com o outro, aplica sobre o enunciador-agonista uma força contrária à sua tendência, movendo-o do movimento (“meter-se”) ao repouso (“não se meter”). Trata-se então de uma força imperativa bloqueadora.

Com base nesses exemplos, podemos considerar não só essas, mas outras possibilidades para aplicação de força nessas construções com orações impessoais avaliativas: de um lado, a oração impessoal pode indicar um estado de coisas desejável (“é bom”, “é melhor”) ou indesejável (“não é bom”, “é pior”); de outro, o estado de coisas pode tender ao movimento ou ao repouso.

3.3.8.3. Representação do agonista em construções imperativas com orações impessoais avaliativas

Em cada um dos exemplos citados até aqui – (181) a (185), a representação do agonista ocorreu exatamente do mesmo modo: lexicalizado em uma forma pronominal de 2ª pessoa discursiva, ele se gramaticaliza como sujeito na oração encaixada.

Esse modo de representar o agonista é coerente com a ideia de que o estado de coisas veiculado pela encaixada sempre dependerá da atuação do agonista para ser implementado e, assim, cumprir-se a condição de satisfação do enunciado. No entanto, ainda outra possibilidade de representação do agonista, como mostram estes exemplos:

(186) Em relação ao contexto em que será feita a apresentação, é importante **obter algumas informações antes de iniciar a confecção de um roteiro.**

(GALVÃO, J. & ADAS, 2011, p. 41)⁵

(187) Independente das gargalhadas dos ouvintes, é importante **fugir de ironias contra a audiência (...).** (GALVÃO, J. & ADAS, 2011, p. 63)

Ambos os exemplos foram extraídos de um manual de autoajuda, gênero textual em que o enunciador se dirige ao enunciatário para orientá-lo sobre determinada questão. Logo, pela própria natureza dialógica do gênero, ocorre debreagem actancial nos enunciados (186) e (187).

Em (186), para que se cumpra a condição de satisfação, é o enunciatário-agonista que deve “obter algumas informações antes de iniciar a confecção de um roteiro”. Em (187), o cumprimento da condição de satisfação requer que o enunciatário agonista opte realmente por “fugir de ironias contra a audiência”. Nos dois exemplos, portanto, embora não lexicalizado ou gramaticalizado na oração encaixada, o agonista se manifesta por meio da discursivização.

Desse modo, ora o agonista está explicitado lexical e gramaticalmente na oração encaixada, ora está discursivizado pela debreagem própria do gênero.

⁵ Conforme dissemos em 1.1., especialmente para essas construções impessoais, recorreremos a uma nova fonte, dada sua baixa incidência em nosso *corpus* e sua importância para aprofundar a análise qualitativa na seção seguinte.

3.3.8.4. Representação do antagonista em construções imperativas com orações impessoais avaliativas

As orações impessoais avaliativas são um recurso para atenuar a participação do enunciador no estabelecimento da deontologia. Embora seja possível sua representação na oração encaixada (algo como “É melhor você me obedecer”), sua explicitação não é necessária para que ocorra a aplicação de força sobre o agonista – em nenhum dos exemplos coletados ocorreu essa explicitação.

Assim, pode-se afirmar que as construções imperativas com orações impessoais avaliativas são um recurso linguístico que permite ao enunciador atenuar sua participação no processo de aplicação de força. Embora a moldura enunciativa permita identificar sua atuação de antagonista sobre o enunciatário-agonista, isso não chega a se explicitar no enunciado que se veicula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em dados reais do PB e amparados em uma concepção funcionalista-cognitivista sobre os fenômenos linguísticos, propusemos uma descrição da imperatividade em distintos níveis: um pré-verbal, analisando as categorias cognitivas implicadas na conceptualização da imperatividade, e outro verbal, estipulando um inventário de formas acionadas em enunciados imperativos.

Desse modo, reafirmamos a hipótese inicial desta tese, segundo a qual construções imperativas podem ser entendidas como artefatos simbólicos (*cf.* TOMASELLO, 2003 e 2008) por meio dos quais um enunciador busca orquestrar a interação com seus co-específicos. Essa tentativa de orquestração é estabelecida uma vez que o enunciado imperativo instaura uma condição de satisfação (*cf.* SEARLE, 2012), cuja realização depende necessariamente da atuação do enunciatário.

Nossa opção, portanto, foi tratar a modalidade como “um operador sobre o domínio do discurso, assumindo a perspectiva processual, interativa e dramática com que esse fenômeno deve ser recortado” (MIRANDA, 2005, p. 180)”. Assim, partimos da conceptualização da imperatividade rumo às formas linguísticas, e não o contrário: por ter em conta o caráter sociogenético dos artefatos simbólicos próprios da espécie humana (*cf.* TOMASELLO, 2003, 2008), pareceu-nos mais coerente analisar as formas linguísticas como produtos de um processo sociocognitivo.

Com essa opção metodológica somada aos estudos sobre dinâmica de forças (*cf.* TALMY, 2000; SILVA, 2004 E 2005), postulamos que, ao instaurar uma condição de satisfação, o enunciador aplica uma FORÇA sobre o enunciatário, com vistas a atingir o estado de coisas a que o enunciado aponta, ou seja, com vistas a desencadear, metaforicamente, um MOVIMENTO rumo a um novo ESTADO. Com base nisso,

defendemos que a imperatividade é um evento metaforicamente estruturado (cf. LAKOFF, 1992).

Partindo dessa concepção, descrevemos o pareamento de forma e significado (cf. GOLDBERG, 1995) nas construções imperativas analisando a aplicação de força que se efetiva na enunciação e buscando definir as formas linguísticas por meio das quais isso ocorre. Nos termos de Castilho (2010), consideramos então diferentes processos sociocognitivos (gramaticalização, lexicalização, discursivização e semanticização) que levaram aos produtos, no caso, os enunciados imperativos.

Nessa análise, podemos verificar que tanto a aplicação de força quanto a instanciação de enunciador-antagonista e de enunciatário-agonista não ocorrem de modo uniforme nas diferentes construções, o que é coerente com o princípio da não sinonímia, segundo o qual, se duas construções são sintaticamente diferentes, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas (cf. GOLBERG, 1995).

Sobre a aplicação de força – seja a imperativa causal, seja a imperativa bloqueadora –, argumentamos para mostrar que, embora os subsistemas linguísticos atuem de maneira integrada nesse processo, a participação de cada um deles não se dá de modo uniforme na constituição da imperatividade. Se, por exemplo, a gramaticalização se destaca nas construções com formas verbais de segunda pessoa, isso não acontece igualmente nas construções com comandos nominais, em que semanticização e discursivização assumem maior importância.

Outro aspecto da abordagem que se mostrou produtivo foi a análise da expressão de enunciador-antagonista. Comparando as diferentes construções, identificamos casos em que sua explicitação se mostrou categórica – o que ocorreu nas construções de comando lexicalizado – e outros nos quais foi categórico que ele se

mantivesse implícito, sendo apenas discursivizado – como nas construções com formas verbais de segunda pessoa.

Também a expressão de enunciatário-agonista revelou variações. Nas construções nominais, por exemplo, verificamos que ele pode ser expresso exclusivamente como vocativo. Já nas construções com verbo no futuro, para citar outro caso, o agonista é categoricamente gramaticalizado com sujeito.

Descritas essas variações entre as construções, é possível que trabalhos futuros se debrucem sobre novas hipóteses. Uma das possibilidades seria, com base em nossos resultados, estipular que a própria deontologia subjacente aos enunciados imperativos não seja tratada como uma categoria discreta, mas como parte de um *continuum*. Para tanto, poderia ser considerada a atuação da modalidade no processo de construção da IDENTIDADE, assim compreendido:

(...) processo em que organismos individuais se engajam ao se projetarem e se reconhecerem e aos de sua espécie em correspondência homológica em duas configurações básicas: primeiro, como **agentes intencionais** e, mais tarde, como **agentes mentais** (...)"

(MIRANDA, 2005: 181)

No caso dos enunciados imperativos, é plausível a hipótese de que a constituição da identidade se relacione à escolha por uma entre as demais construções disponíveis, o que é condizente com a variação no modo de estabelecer a aplicação da força e de expressar enunciadador-agonista e enunciatário-antagonista em cada construção.

Se há construções por meio das quais o enunciadador-antagonista explicita seu comando – como as construções com verbos na segunda pessoa –, há outras em que ele apenas enuncia o que “é bom”, o que “é importante” ou o que “é melhor” – caso das

construções imperativas com orações impessoais avaliativas. Há ainda o caso em que, por meio de uma construção condicional, a força aplicada pelo enunciador-antagonista atua no nível da consciência do enunciatário-agonista, conduzindo-o a refletir sobre os efeitos de sua atuação.

Considerando essas três possibilidades, pode-se pensar, respectivamente, em três tipos distintos de deontologia: uma seria constituída pela própria autoridade investida no enunciador, que ocupa o lugar de quem pode proferir um comando; outra seria decorrente do saber reconhecido em um enunciador, o qual lhe permite enunciar o que “é bom”, o que “é melhor”, etc.; a terceira seria incutida no enunciatário por meio de inferências que ele é levado a fazer, uma espécie de deontologia resultante de uma negociação – como ocorre nas condicionais. Dado o recorte deste trabalho, contudo, essas hipóteses ficam aqui registradas somente como sugestões resultantes da análise dos nossos dados, com a pretensão de que essas indagações possam orientar pesquisas futuras sobre a imperatividade.

Registramos, por fim, como contribuição maior desta pesquisa para os estudos do PB e, possivelmente, para os estudos de orientação cognitivista, a constatação de que a imperatividade é um evento metaforicamente estruturado, subjacente a um conjunto variado de construções linguísticas. Em que pesem possíveis imprecisões de nossa análise – as quais consideramos, convenientemente, parte inerente do processo de investigação científica –, vemos razões suficientes para defender que as diferentes estratégias linguísticas de que tratamos e os variados efeitos delas decorrentes convergem para uma conclusão bastante sólida: IMPERATIVIDADE É FORÇA.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 1999.
- BRAGA, C.M. *Teatro brasileiro na República Velha – Reflexões sobre a dramaturgia brasileira (1889 – 1930)*. Tese de Doutorado. ECA/USP, 1999.
- BRAGA, H. S. *Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento no Modo Imperativo – Um caso de variação e mudança no Português Brasileiro*. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 2008.
- _____. *Mudança linguística no modo imperativo – uma análise multissistêmica*. São Paulo: Filologia e linguística portuguesa, v. 13, n. 1, p. 51-62, 2011.
- BRANDÃO, C. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- CARVALHO, A. S. de A. *O vocativo em Português: uma abordagem*. Dissertação de mestrado. Universidade de Macau, 2000.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CROFT, W. & CRUSE, A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University, 2004.
- CUNHA, M. A. F. DA, OLIVEIRA M. R. DE, & MARTELOTA, M. E. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- DIAS, A. E. da S. *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 2ª ed, 1933.
- FARACO, C. A. *Considerações sobre a sentença imperativa no Português do Brasil*. In: D.E.L.T.A., vol. 2, nº1, pp. 1 – 15, 1986.
- FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FIGUEIREDO, C. *Gramática sintética da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1916.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação – as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2008.
- GALVÃO, J. & ADAS, E. *Super apresentações – como vender ideias e conquistar audiências*. São Paulo: Panda Books, 2011.
- GOLDBERG, A. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

- _____. "Constructions: a new theoretical approach to language". In.: *TRENDS in cognitive sciences*, 7, pp. 219-224, 2003.
- HAIMAN, J. *Natural syntax: iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HEINE, B.; CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization – A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- ILARI, R. & BASSO, R. M. "O verbo". In: ILARI, Rodolfo & NEVES, Maria H. de M. (orgs.). *Gramática do português brasileiro culto – Classes de palavras e processos de construção*, 2008 pp. 163 – 365.
- LAKOFF, G. *The contemporary theory of metaphor*. Disponível em <http://terpconnect.umd.edu/~israel/lakoff-ConTheorMetaphor.pdf>, 1992. Acesso em 11/02/2014.
- _____. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The university of Chicago press, 2003 [1980].
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MIRANDA, N. M. S. "Modalidade: o gerenciamento da interação". In: MIRANDA, N. M. S. & NAME, M. C. (Orgs.) *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- PAREDES SILVA, V. L. *et alii* "Variação na 2ª. pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo", In: *Gragoatá*, 9, 115-123. Niterói: EdUFF, 2000.
- PORTO, C. M. "A física de Aristóteles: uma construção ingênua?". In: *Revista brasileira de ensino de física*, v. 31, n. 4, 2009.
- REDENTOR. Direção: Cláudio Torres. Produção: Claudio Torres *et. al*. Rio de Janeiro (BR): Conspiração Filmes, 2004, 1 DVD.
- REEDY, M. "The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language". In: A. Ortony (Ed.), *Metaphor and thought* (pp. 284–310). Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ROCHA LIMA, C. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio. 31ª ed, 1992.
- SCHERRE, M. M. P. *et al.* "Phonic parallelism: Evidence from the imperative form in Brazilian Portuguese". In: PARADIS, C., VICENT, D., DESHAIES, D., LAFOREST, M. (eds). *Papers in sociolinguistics*. Quebec: Éditions Notable, 1998, pp. 63 – 72.

- _____. *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, pp.1333-1347.
- _____. “Norma e uso – o imperativo no português brasileiro”. In: DIETRICH, W. & NOLL, V. (Orgs.) *O Português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Linguística lusobrasileira, Vervuert / Iberoamericana. 2004. p.231-260.
- SEARLE, J. R. *Os actos de fala – Um ensaio de filosofia da linguagem*. Trad.: VOGT, Carlos. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- _____. “Collective intentions and actions”. In: COHEN, P. R.; MORGAN, J.; POLLACK, M. E. (Org). *Intentions in communication*. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 401 – 415.
- _____. “O que é a linguagem: algumas observações preliminares”. In: TSOHATZIDIS, Savas L. (Org). *A filosofia da linguagem de John Searle*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012. p. 17 a 51.
- SILVA, A. S. da. “Cultural determinations of causation”. In: SILVA, A. S. da; TORRES, A.; GONÇALVES, M. *Linguagem, cultura e cognição – estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004. p. 575 – 606.
- _____. “Semântica e cognição da causação analítica em Português”. In: MIRANDA, N. M. S. & NAME, M. C. (Orgs.) *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 13 – 47.
- SWEETSER, E. “Mental spaces and the grammar of conditional constructions”. In: FAUCONNIER, Gilles e SWEETSER, Eve. *Spaces worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Cambridge: MIT Press, 2 vols, 2000.
- TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Trad.: BERLINER, C. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Origins of human communication*. Cambridge: MIT Press, 2008.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad.: ILARI, R. São Paulo: Contexto, 2004.
- TROPA de elite 2. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado. Rio de Janeiro (BR): Zazen Produções, 2010, 1 DVD.
- WEINREICH, U, LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968]

VILLAÇA, I. G. & BENTES, A. C. "Aspectos da cortesia na interação face a face". Em: PRETTI, D. (org). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ZYLBERSTAJN, A. "A evolução das concepções sobre força e movimento". Disponível em: <http://www.fsc.ufsc.br/~arden/evolucaohist.pdf>>. 1988. Acesso em 20/04/2015.